

BRAGA E O ARCEBISPADO NO TEMPO
DE D. FR. BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES
(1559-1582)*

Por **Aurélio de Oliveira**
Faculdade de Letras do Porto

Résumé

Après avoir esquissé le cadre géographique et économique des domaines et fait une rapide appréciation sur les revenus de l'Archevêché de Braga (aux temps de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires), et après une considération sur l'état des fonds documentales disponibles, en particulier les Actes de l'Édilité, où on peut voir et suivre les principales préoccupations et les principaux problèmes de la société de la ville tout au long du XVI^e siècle, on apprécie, en particulier l'allure et l'évolution de la société et de l'économie de l'Entre Douro et Minho, dans le vaste Archevêché, pendant la seconde moitié du XVI^e siècle.

Pour la première fois on delémitte ici les principaux mouvements et comportements de l'économie et de la démographie, en arrivant à définir trois principales tendances de moyenne durée à partir des crises qui se déroulent pendant la décade de Cinquante – Soissante. Ces années Cinquante delémitent, chez nous, selon l'au-

* Uma síntese foi apresentada em Braga, integrada no Colóquio que a Academia Portuguesa de História ali promoveu em Novembro de 1997. Alargamos também o âmbito da Prelatura (1559-1582) aos inícios de Seiscentos

teur; la période de croissance et de l'expansion de longue durée du XVI^e siècle. Au point de vue économique, démographique et social. La dernière période de moyenne durée, (de rétraction et de crise grave) se déroule particulièrement pendant la seconde moitié de la décade de 90, se prolongeant encore par les premières années du XVII^e siècle.

Ces crises de la seconde moitié du XVI^e siècle, en particulier la dernière qui occupe encore la première décade du XVII^e siècle (si bien que l'observation se finisse ici par l'année de 1603), auront même, assure l'auteur, mis fin aux cycles des grandes famines et des grandes maladies qui ont atteint la société portugaise de l'Ancien Régime. La rapide et précoce diffusion du maïs s'est accélérée avec les crises ici analysées, en grande partie les mitigant, si bien qu'elles aient été bien graves.

Torna-se por vezes difícil a abordagem de temáticas cujo bom conhecimento imporia um estudo ou estudos prévios de carácter monográfico sobre realidades bem representativas do quadro ou quadros mais alargados que se pretendem abordar.

Este tipo de estudos continua a escassear impossibilitando uma aproximação com fidelidade e credibilidade suficientes. Ora, um diagrama, por rápido que seja, sobre a situação do Arcebispado ao tempo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires (que vamos aqui alargar até os inícios de Seiscentos) seja no aspecto económico seja social necessita, urgentemente, desses estudos de pormenor. Abarcando, então, o Arcebispado uma larguíssima área geográfica que ia muito além do Entre Douro e Minho, tais estudos constituiriam também o melhor suporte para o bom conhecimento de uma alargada área económica e social á partida diferenciada mas incluída e integrada na mesma unidade administrativa. Ora, nem para os aspectos da produção (dos seus comportamentos aos beneficiários e agentes) nem para os do comércio e circulação dos produtos bem como para os comportamento dos mercados, se poderão, para já, adiantar dados muito precisos no período em questão. Igualmente se diga quanto ao real conhecimento dos senhorios e patrimónios que possibilitem ir mais além das ideias gerais que se conhecem. O problema das Rendas e Bens eclesiásticos – que neste tema se teriam obrigatoriamente que contemplar – fica, assim, apenas envolto numa panorâmica global com poucos apoios quantitativos e muito menos de pormenor. Até as referências qualitativas escasseiam também.

Os Bens e patrimónios da Igreja bracarense como, aliás, os da generalidade dos outros bispados e instituições eclesiásticas, eram

principalmente constituídos por domínios rurais e fundiários e, principalmente, como já o dissemos, pelos encargos dizimeiros (e outras prestações pias menores) que recaíam sobre toda a produção agrícola e, em alguns casos, sobre as próprias pessoas. Os ingressos provenientes dos Dízimos suplantavam em muito os próprios bens de foro e muito mais os domínios territoriais propriamente ditos ainda que estes fossem quase sempre de apreciável dimensão. Por 1582 as rendas da Mesa Arcebispal eram constituídas directamente por mais de 80% de dízimos. Juntos estes com outros direitos a que andavam anexos, como os Votos de Santiago, (directamente saídos também da produção agrícola) a cota subia a mais de 90% de todos os encaixes. A situação é genérica para este tipo de Senhorios¹.

Uma aproximação quantitativa e qualitativa necessitaria de um prévio conhecimento de todo esse tablado rural que constituía, sem dúvida, no século XVI a realidade esmagadora deste Arcebispado todo ele e – logo a partir de Braga – «demasiado metido no sertão», «sem comercios e tratos de mar» não obstante a proximidade geográfica da raia marítima. Nesses tempos de dificuldades de comunicação e transportes uns escassos trinta quilómetros eram os suficientes para marcar a fronteira do país marítimo do país interior, do território que se articulava e mais facilmente se envolvia ou podia envolver com os tratos e activações do exterior, com o território continental, fechado sobre si mesmo, mais isolado, vivendo dos pequenos ou reduzidos fluxos dos diminutos mercados interiores de expressão meramente local. A realidade administrativa laica, esparilhada pela rede municipalista, agravou ainda mais esta tendência.

Em termos demográficos, sociais e económicos – passe embora a pujança do comércio ultramarino que a partir dos meados do Século passou a animar outros centros principalmente marítimos – a realidade continua a mostrar uma profunda dicotomia expressa na dualidade de uma capital macrocéfala e o restante País. Uma realidade urbana e mercantil que é Lisboa («só ela vale quase todo o resto do Reino porque é de grandíssima população e a cabeça de todo o trato»; por 1580-82, ainda e sempre, «cidade populíssima, rica e comercial»)² – e o restante território – uma expressão essen-

¹ *Bracara Augusta*. Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga. Vol. XLII. N.º 93 (106). Ano de 1990. 702. *Libelo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*. 702.

² Giovanni Botero, *La description de todo el Mundo, puesta en castellano por Jayme Rebullosa*. Barcelona. 1602. 23. Depois de Paris a segunda cidade em toda a cristandade. Pelos inícios do Século (1512) a única realidade que se impunha era ape-

cialmente rural por onde se dispersa a maioria da população. Um Portugal «de gentes pocas (ainda que guireiras» se diz em 1599³. No larguíssimo mostruário da obra de Gil Vicente – observou há muito Magalhães Godinho – «não há mercadores – elemento social que no século XVI domina as cidades – mas principalmente camponeses, pastores, escudeiros»⁴.

Ora, se conhece razoavelmente bem o País mercantil, muito mal e muito pouco se conhece do outro mormente para esse Século XVI e, no caso vertente, para a segunda metade desta Centúria nas Terras do Norte quase toda coincidente com a Prelazia de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires. E é este, de facto, o estado dos estudos historiográficos. Em obras de síntese, ao referir-se este período e contemplando esta situação se continua a afirmar: «sente-se a falta de um calendário histórico que permita captar os factores de depressão (e respectivos comportamentos – diríamos nós) da vida e do mundo rural entre 1495 e 1580»⁵. «Como o Reino não era ao mesmo tempo todo afectado – continua o mesmo autor – impõe-se averiguar quais as zonas mais atingidas e as épocas em que tais efeitos intervieram»⁶.

O que a nível global se pode e deve considerar como ponto prévio de partida e análise – é a referenciação da realidade dual deste enorme Arcebispado em termos geográficos: uma expressão atlântica e ribeirinha, e uma outra interior e continental separadas por uma faixa intermédia que parece demarcar-se, nesses tempos, pelas terras que correm desde as primeiras elevações de Braga (que durante esse Século XVI várias vezes se queixa de não ter comércios – e benefícios do mar – por estar demasiado metida no sertão – logo, sempre pobre e sem recursos) às Alturas do Barroso. Nos tempos do

nas Lisboa. Portugal, conhecido tão só pelo grande comércio e concurso de mercadores que ali acorria. Uma parte das Castelas: «La tercera parte es Portugal provincia pequena y mas conocida por el gran comercio que hay en Lisboa». (F. Guichardini, *Relacion de España*. in «Viajes de extranjeros por España y Portugal». Ed. Garcia Mercadal. Madrid. 1952. 612.

³ Pero Roiz Soares, *Memorial*. Leitura e apresentação de M. Lopes de Almeida. Coimbra 1953.382. Menos população nesta altura que na primeira metade do Século. Ver notas finais.

⁴ Vitorino Magalhães Godinho. *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. 2ª ed. Lisboa. 1975. 34

⁵ Joaquim Verísimo Serrão, *História de Portugal*. Lisboa. 1978. Vol. III. 288.

⁶ Idem. *Ibidem*. O autor considera aquele período, mas daí a fins do Século e início do XVII a situação mantém-se. Só a partir do segundo quinquénio é possível dispor de dados seguros sobre o comportamento da produção agrícola das Terras de Entre Douro e Minho.

Arcebispo D. Fr. Bartolomeu Fr. Luís de Sousa parece assinalar esta divisória ao demarcar as terras estéreis e áridas do interior com primeiros campos bem laborados e cultivados da Povoação das Alturas: anunciando as «terras verdes» e mais povoadas do Entre Douro e Minho: «Neste limite das Alturas que com muita razão possui tal nome pela eminência que tem sobre todas as mais serras do Barroso, ha no alto largueza e descampado e muitas terras lavradas e frutíferas, e polo conseguinte abundância de moradores com suas igrejas»⁷. Além, e em redor, é tudo «terra pobre, estéril, falta de mantimentos e muito mais de gasalhados, e enfim tal que nunca nenhum prelado se atrevera a subir a ela»⁸. O que parece ter surpreendido o notável biógrafo do Arcebispo (que efectivamente calcorreou as terras que descreve e serviram de cenário á Vida do Prelado – «corremos pessoalmente todas as terras de entre Douro e Minho... afim de nos certificarmos de particularidades em que tínhamos dúvida, e nos confirmar nas cousas sabidas, e alcançar outras de novo»)⁹ nessas terras mais do interior, o que mais surpreendeu – dizíamos – foi o «desemprego e pobreza que achou nas igrejas»; as pessoas pobres, frequentemente miseráveis: «Logo mandou vir os pobres (*e todos eram*), a uns acodia com dinheiro na mão pera remedarem suas necessidades, logo, a outros tomava em rol pera os mandar vestir»¹⁰.

Aquém – e na subida para o Barroso e não obstante as «serras e penedias, quase sempre cobertas de neve, de picos que vão às nuvens, de brenhas temerosas, de vales profundíssimos e passos perigosos que mais parecem moradas de feras e selvagens que de homens capazes de razão e juizo.» – assinala o dominicano a relativa abundância de povoação: «E, contudo, são muitas as igrejas e muito em numero o povo que se cria por aquelas matas, como formigas em formigueiros»¹¹. Mas a imagem de pobreza e miséria é praticamente paralela num e noutro dos tablados nessa zona de transição: «Tudo eram lanços pera bem das almas e em favor dos pobres; e, dizia ele que *este nome de pobres quadrava mui ao justo à maior parte dos seus diocesanos*, porque ainda que não eram dos que pediam por portas, eram tantos em número, que, morando por

⁷ Fr. Luís de Sousa, *Vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Sá da Costa Ed. Lisboa. 1946-48. Vol. II. 77.

⁸ Idem. II. 71.

⁹ Idem. I. 8.

¹⁰ Idem. II. 78-79.

¹¹ Idem. II. 70.

montanhas e serras asperíssimas, ainda assi era a terra estreita pera eles, e *viviam com trabalho e muito miseravelmente*»¹².

Nesse quadro geográfico, sem duvida diferenciado, a presença também duma dupla realidade económica e demográfica: o quadro rural propriamente dito e uma teia de centros «urbanos» bem perceptíveis e bem activos com particular evidência sobre a raia costeira ou com esta ainda bem articulados não obstante algumas queixas e lamentações de alguns por mais próximo se não relacionarem e vizinharem com os portos do mar (como, efectivamente, se lamuriava várias vezes Braga¹³. Mas, uns e outros a seu modo e a níveis diferentes, constituíam importantes nós de activação das áreas limítrofes, e onde os ancoradouros marítimos chamam particular atenção. Duas realidades e dois mundos que se apercebe, com ritmos e comportamentos algo diferenciados quiçá até por vezes de sinal contrário pelo menos até ao fim do ciclo das grandes crises dos fins do Século XVI e princípios de Seiscentos.

O que se colhe sobre esses centros urbanos, particularmente os marítimos e os do interior que com aqueles mais se relacionavam – é o de um contínuo e por vezes bem significativo crescimento ao longo de todo o Século particularmente durante a primeira metade. Assim, Braga e Guimarães. Mais na linha do interior, Ponte do Lima e, na orla costeira, Matosinhos, Azurara – Vila do Conde, Esposende, Caminha e Viana do Castelo – que por 1599 se diz terra de muitos mareantes e mercadores, tudo «pessoas honradas e Ricas que ensi contem a mor parte do pouo»¹⁴. O Porto – na margem deste quadro mas com ele tão economicamente entrosado e articulado faz parte da mesma realidade. Por 1596 se diz ir esta cidade» em grande crescimento»¹⁵. O mesmo acontece com o interposto vizinho de Gaia um lugar de mais de seis centos vizinhos por 1580¹⁶.

¹² Idem. I. 323.

¹³ *Bracara Augusta*. Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga *Acordos e Vereações da Câmara de Braga no Senhorio de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*. Transcrição e apresentação de Fr. António do Rosário. Série documental publicada nesta Revista a partir do Vol. XXV. Nº 59-62. Ano 1971-72. Depois continuada por José Marques. Nas citas subsequentes, apenas «Bracara Augusta «*Acordos e Vereações*» (com o número correspondente).

¹⁴ Aurélio de Oliveira, *A Revolta ani-luterana de Viana do Lima de 1598*. (CADERNOS *Vianenses*. T. 23. Viana do Castelo. 1998.).

¹⁵ Arq. Histórico da Cidade do Porto. Liv. Nº 4 da *Próprias*.

¹⁶ *Índice Chronologico de João Pedro Ribeiro*. Pref. de J. A. Pinto Ferreira». Documentos e Memórias para a História do Porto». XX. Porto. 1951. 311.

Viana do Castelo passa por ser, neste período, o exemplo mais espectacular e paradigmático do que se afirma sobre o dinamismo destes centros urbanos da Província¹⁷.

É evidente que tudo tem que ser visto dentro da diminuta dimensão dessa teia urbana onde só parece emergir um verdadeiro centro que é sem dúvida Lisboa¹⁸. Na realidade, em termos demográficos como económicos só ele avulta entre os demais agregados urbanos. Aqui, na Capital e ainda que em cima (ou á saída) de dificuldades generalizadas, das fomes e pestes de 1575, se colhem testemunhos de riqueza e ostentação bem patenteadas nas grandes festas de 1577. (Note-se, porém, que protagonizadas e promovidas pelo outro país – o marítimo – «detreminaraão os mercadores de fazer as mais Solenes e custosas festas no seu Corpo de ds de sam giaõ q nunca se tuiessesm u.to metendo nisso tão infindo cabedal quanto outro se meter podia ajudando m.to a isto o grande florecimento em q entañ estaua purtugal que era o mor q nunca teue de Riquezas e de tudo e foi tam grande a fama destas festas q abalou grande parte de

¹⁷ «Braga terra grande» a diz Fr. Luís de Sousa por 1560. (Ob. cit. II. 226) Cidade rica, com paços magníficos bem decorados e ornamentados. (Idem. I. 68-69) A ela afluindo «muitas pessoas estrangeiras e do termo» (que encareciam os géneros e alojamentos). Bracara Augusta. Nº 70. *Acordos e Vereações*. 708. À raiz das grandes crises (1572-74) se continua a referir os muitos estrangeiros que a ela vêm, sentindo-se a falta de estalagens para os acolher: «auendo respeito a muyta gente q concorre a esta cidade de todas as partes deste reyno e doutros». (Bracara Augusta. Nº 89-90. *Acordos e Vereações* 727-728) Seria das poucas cidades portuguesas a merecer o retrato de Bráunio. Esposende é um centro em crescimento e «de muitas gentes», por 1580. (Franklin Neiva Soares, *A Primeira Visita de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e as origens de Esposende*. Lisboa. 1986 236-240), a par de Gaia e Porto, igualmente Matosinhos «de grande povoação vivendo da pescaria do mar e trato de seus negócios»; O Porto se diz «lugar de muito concurso de gente... sendo esta cidade o principal lugar desta comarca E de mais importancia». (António Cruz, *Algumas observações sobre a Vida económica e social da Cidade do Porto nas Vésperas de Alcácer Quibir*. Porto. 1967. CXVI-VIII; CXXXII-III) Porto, que por 1592, se diz «cabeça natural de todas as comarcas do Norte». Viana e outros centros do litoral o mesmo. (Manuel António Fernandes Moreira, *O Porto de Viana do Castelo na Época dos Descobrimentos*. Viana do Castelo. 1984. 115; 134. Para crescimento e riqueza de Viana e suas gentes. vide Fr. Luís de Sousa ob. cit. I. 141-144; III. 221, 238, 240, 243, 255, 302-305. O recenseamento da marinha mercante de 1552 dá-nos, outrossim, uma imagem da importância relativa destes portos atlânticos do Noroeste. (Pedro de Azevedo, *A marinha mercante do Norte de Portugal em 1552* in «Archivo Historico Portuguez». Vol. II. Lisboa. 1904. 241-248).

¹⁸ Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, ed. cit. Descrição e contagem de rigoroso permenor desta cidade de Lisboa em *Magestade e grandezas de Lisboa em 1552* in «Archivo Historico Portuguez». Vol. X. e XI.

gente de todas as cidades e vilas de Portugal para as uirem uer como uieraõ e não se espante ninguê disto porque de castela foi também grande Numero de gente nobre q as uieraõ uer»¹⁹.

Todavia, (e mantendo-nos nessa ordem de grandezas), são vários os testemunhos qualitativos que assinalam o enchimento desses centros «secundários» surpreendendo até alguns pela riqueza e mesmo «ostentação «de seus habitantes»²⁰. Naturalmente que a Capital – ainda que afastada deste quadro a que nos estamos preferentemente reportando – sobrepujava a todos. Mas era estalão que todos também procuravam imitar²¹.

Sobre o mundo rural propriamente dito – base fundamental dos recursos eclesiásticos – pouco se pode para já adiantar por manifesta falta de estudos sobre o sector neste período. Desconhecemos os percalços do seu comportamento até meados do Século para além das crises pontuais particularmente as do início do Quinhentos – cujos efeitos e amplitudes haveria que inscrever nos movimentos curtos, médios e longos da produção agrícola, por exemplo (como do próprio caudal demográfico). Assim, logo as primeiras crises de 1500 – 1506. Também precedidas de comportamentos climáticos adversos: «llovisoso el invierno, esterilizaron el Mayo de modo que hasta los mas ricos apretava la necesidad en gran manera»... «En el año de 1503 se cogió poco pan... El año de 1504 se cogió menos. Este año de 1504 se hicieron buenas sementeras, y en fin del año, y entrado el año de 1505 vinieron tantas aguas en todos los meses del invierno, Marzo y Abril, y tantas avenidas y tan espesas, de manera que se dañaron los panes por toda la tierra»²². Prosseguiriam com os maus anos de 1507, 1515-1516 e, em especial, os de 1521-1522.

¹⁹ Pero Roiz Soares, *Memorial*, ed. cit. 86 a que se seguiriam, aliás, outros momentos de ostentação. Nem o próximo desastre de Alcacer-Quibir afectaria essa realidade mercantil

²⁰ Sobre a Viana do Século XVI, seus crescimentos seus tratos e riquezas, vide Manuel Fernandes Moreira. ob. cit. Por 1578-80 não faz parte das cidades do reino. Faria parte tão só das «vilas grandes» que são referidas. A. H. de Oliveira Marques, *Uma descrição de Portugal em 1578-80*. in «Nova História» Nº 1. Maio. 1984. 87.

²¹ Para uma imagem da grandeza e importância de Lisboa à nota (15) poderá juntar-se Damião de Góis, *Descrição de Lisboa*, trad. de Raúl Machado (Lisboa de Quinhentos) Lisboa. 1937; Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Sumário ... que há na Cidade de Lisboa. (1551)* Ed. J. Felicidade Alves. Lisboa. 1987; Nicolau de Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa. 1820; João Brandão *Tratado da Magestade... da Cidade de Lisboa em 1552*. Em *Archivo Historico Portuguez*. Vol. IX. 9-241.

²² *Historia de los Reys Catolicos... por el Baciler Andrés Bernaldez* in «Cronicas de los Reys de Castilla. 728.

(Crise esta acompanhada ou seguida de profundas repercussões noutros sectores) tal como a de 1531-1532, a de 1535 e – no Entre Douro e Minho com particular gravidade – as esterilidades e as fomes de 1539-40. Foram estes anos «de muita escasses e fome no Entre Douro e Minho». Por esse motivo e por directa ordem régia teve que vir cereal ao Porto da Capital²³. A muitas outras terras de Província chegará algum de Trás os Montes²⁴. Por sobre dificuldades também aqui bem presentes, algum socorro se apresta nestas Terras às do Entre Douro e Minho: «Oue em seu tempo em o Arcebispado de Braga, hũa mui grande esterilidade, para remedio daqual mãdou trazer muito pão de fora do regno aos portos dantre Douro e minho, e o mandou vêder por o preço q custara, e assi mandou fazer muitas esmollas a pobres e també mandou pam atraslos môtes onde auia a mesma necessidade, e dinheiro pera esmolas»²⁵.

O que parece poder afirmar-se é que – em termos de produção e subsistências como em termos de comportamento demográfico – se terá ido em crescendo sucessivo até à década de Quarenta – Cinquenta abrandando seriamente a partir daí. As crises de 1535 e 1539 – 40 a que se poderiam juntar ainda os anos maus de 1545 e 1546 por várias terras do Minho logo a partir do Porto em que se anota a «grande carestia de pão» pela «esterilidade dos tempos»²⁶. As de 1555 e as que se seguiram terão, sobretudo, começado a flectir de modo mais claro, esse andamento anunciando uma quebra ou iniciando mesmo a recessão – que não a simples paragem – a qual se terá avolumado com as graves crises desencadeadas a partir dos anos de 1560 (precedido das grandes esterilidades de 1555 e cumuladas com novo ano mau em 1559). Neste ano no Porto foi necessário fazer derramas noutros géneros para deixar livre a entrada de pão²⁷.

²³ *Indice Chronologico*, cit. 290 e segs.

²⁴ Marques de Montebelo, *Vida de Manuel Machado de Azevedo*. Año de 1660. 92-93.

²⁵ Damião de Góis, *Chronica do Felicissimo Rey Dom Emanuel*. Lisboa. 1616. Cap. XXVII. 187 v. O pão circulava, por vezes, em direcções contrárias durante os tempos de carestia e de apertos.

²⁶ *Indice Chronologico*, cit. 294-295. Ainda que 1542 tenha sido um ano bom contraposto aos anteriores «q non foram taes». Mas regista-se um ano de seca fora do normal afectando a produção de milho (que só pode ser o milho grosso) reduzindo-a a menos de metade: «no dito couto (de Ferreira) não ouue de milho a respeito dos outros annos atras que a metade por a grande sequa que ouue no dito año. (Cândido dos Santos, *O Censual da Mitra do Porto*. Porto. 1973. 509).

²⁷ *Indice Chronologico*, cit. 299.

Particularmente graves serão os anos de 1574-75, altura em que fomes e pestes sucessivas viriam a afectar rudemente toda esta região e todo o Arcebispado: «Muita esterilidade de pão em todo o antre douro e minho e tras os montes e beira de que «vieram a esta cidade (do Porto) muitos pobres assi do termo della como doutras muitas partes e destas comarcas e vinham delle tão doentes de fome que comiam ervas danosas que era causa de morrerem muitos pela mesma razão se via muitas doenças na cidade e morria cada dia muita gente»²⁸.

Não chega nem tem grande significado tomar pontos de referência tão afastados como são para o campo demográfico os do Censo Joanino de 1527 – 33 e compará-los com os primeiros dados disponíveis da década de Vinte ou Trinta do Século XVII. (O mesmo se poderá dizer sobre os poucos dados dispersos sobre réditos e produções). Fica-nos pelo meio mais de um século de comportamentos que em termos de duração média de vidas podem representar quatro ou cinco gerações ou até mais em tempos particularmente difíceis como são esses da segunda metade de Quinhentos. Penso, pelo menos como hipótese de trabalho, que as fomes e esterilidades quase sempre acompanhadas ou seguidas de rebates e de pancadas de doenças malignas e de pestes – que estranhamente se repetiram e pontearam em toda a segunda metade do Século entrando ainda pelos primeiros anos do Século XVII – hão de ter tido efeitos demográficos graves diminuindo os caudais demográficos reduzindo-os efectivamente, levando a perdas mais ou menos significativas das produções numa altura em que o principal factor e activador da produção é a mão de obra disponível. Aceita-se que os seus efeitos se tenham desigualmente repartido pelos Campos e pelas Cidades ainda que ignorando os reais valores e sentido desses comportamentos. Ou terão estas fomes, epidemias e pestes tido reduzidos reflexos demográficos e económicos como pensam outros? (A avaliar pelo que parece ter acontecido em Lisboa em 1560, como para o Entre Douro e Minho em 1574-75, assim parece, de facto, não ter acontecido. Tanto para o Porto como para o *hinterland* da Província a partir de Braga. Pelos anos sessenta dizia-se «Braga cidade grande», Mas a dar crédito a informações, Braga (e seu Termo) haviam perdido bastante população por

²⁸ António Cruz, ob. cit. (Vereações) XLI.

1580 apresentando valores mais reduzidos que os registados no censo joanino de 1527²⁹.

Para este período só para a região de Coimbra e seu Termo se pode dispor de dados concretos graças aos trabalhos de António de Oliveira³⁰. Para o Porto e seu Termo o estudo recente de Ribeiro da Silva não permite sair definitivamente destas incertezas³¹. Os dados definitivos e efectivamente relevantes trazidos por Nunes de Oliveira para as Terras das Beiras a partir de Viseu em termos populacionais e de recursos e produção não permitem, de facto, outras leituras³². Utilizando como outro termo de comparação os dados disponíveis para Viana do Castelo³³ verificar-se-á que mesmo para estes centros mais dinâmicos se observam diferenças e, sobretudo, ritmos de comportamento algo diferentes que (dada a proximidade geográfica e a sua integração no mesmo espaço económico) levam a impor cuidados acrescidos na utilização e interpretação das fontes .

O que pode afirmar-se para a generalidade dos centros urbanos, particularmente os marítimos, é um ressarcimento relativamente fácil dessas crises. Isto é, continuariam a crescer ainda que em termos mais lentos e retardados. Quer dizer, os núcleos urbanos constituem polos de atracção para o desbloqueio das dificuldades do mundo rural, catalizando as actividades, atraindo as populações que particularmente as buscam em tempos de dificuldades e apertos, ressarcindo-os, até certo grau, das perdas entretanto também aí ocorridas³⁴.

²⁹ Bracara Augusta N° 93. (*Libelo de D. Fr. Bartolomeu*) 702.

³⁰ António de Oliveira, *Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*. 2 Vols. Coimbra. 1971-72.

³¹ Francisco Ribeiro da Silva. *O Porto e seu Termo (1580-1640 Os Homens, as Instituições e o Poder*. 2 Vols. Porto. 1988. O Porto teria constituído um polo em quase tudo contrário ao que se vai passando à sua volta que, todavia, os poucos dados da contagem demográfica de António Cruz para tempos ligeiramente anteriores parecem não confirmar tão claramente. (António Cruz *Vida económica e social do Porto*. cit. 28-33).

³² João Nunes de Oliveira, *A Produção Agrícola de Viseu entre 1550 e 1700*. Câmara Municipal de Viseu. 1990. Estampado praticamente em todas as séries que revela e aprecia.

³³ Manuel Fernandes Moreira, *ob. cit.* A maioria dos dados numéricos para o Século XVI mas, de facto, também muito importantes.

³⁴ Tornando por vezes difícil atribuir e quantificar aí as perdas verificadas: se de naturais se de estranhos e forasteiros. Assim para o Porto onde todas as dificuldades lhe teriam passado ao lado deixando-o praticamente incólume (?) O que de modo diferente se passou efectivamente com Coimbra que em vários momentos viu o seu próprio substrato demográfico atingido.

As referências que se conhecem confirmam esta situação lisonjeira para a primeira metade do Século. Tanto nas Descrições de nacionais (de Mestre António a Rui Fernandes, ao Dr. João de Barros como às de estrangeiros como a de Claude de Bronseval. Este, na sua *Peregrinatio hispanica* deixa aperceber por 1532-33 para todo o miolo da Província terras e vales bem povoados e laborados particularmente nos vales do Minho e do Lima. Aqui já se surpreende com a activação do centro marítimo de Viana³⁵.

Infelizmente escasseiam essas descrições para a segunda metade do Século mas os textos de Duarte Nunes do Leão e sobretudo Fr. Luís de Sousa (que para não escrever de cor se deu ao cuidado de calcorrear toda a Terra de Entre Douro e Minho) são referências obrigatórias e bem demonstrativas desta activação nuclear a partir desses centros urbanos³⁶. Os dados por este aduzidos para a Viana dos anos Sessenta (e posteriores) são particularmente importantes, como o são também para a realidade rural que visiona – tanto nos aspectos de prosperidade como das dificuldades que sobre ele se abateram. Não se resiste a deixar de anotar o retrato deste centro marítimo à raiz das grandes dificuldades que se desencadeariam a partir de então:

«Estivera o arcebispo em Viana, vila das mais insignes deste reino, considerada o estado e importância dela, terra cheia de gente rica e muito nobre, de grande trato e comércio, por uma parte com as con-

³⁵ Coincidente já (ou não?) com os grandes arroteios para o milho que Manuel Fernandes atesta aí verificados no decurso do Séc. XVI. (ob. cit. 91) Bronseval. *Peregrinatio hispanica* (1532), Maur Cocheril, *Une description du Portugal au VI Siècle*. Arq. do Centro Cultural Português. Fund. C. Gulbenkian. Paris. 1971. Vol. III. 76-111. No Vale do Douro, na mesma altura, a mesma situação de bom aproveitamento: »terra montuosa mas polla maor parte he toda muito aproueitada q en ell nom ha pedaço q non seja aproueitada principalmente pera o Douro.» (Rui Fernandes, *Descrição do terreno em roda da Cidade de Lamego*. «Collecção de Ineditos de Historia Portugueza». T. V. Lisboa 1936. 589) Também na região de Ovar – por 1525 – se registavam grandes arroteios que poderiam ter o mesmo sentido. (Arq. Distrital do Porto. *Originaes do Cabido da Sé*. Liv. X. 224. fl. 13-14).

³⁶ Que sustêm, afinal, o impacto destas crises. Duarte Nunes de Leão confirma o esbatimento destas dificuldades atribuindo-o à abundância de recursos alternativos que protegem um substrato demográfico consistente. Todavia, nesse último quarto de Século registe-se. uma fuga de gentes para diferentes partes do País Metropolitano e Ultramarino. Neste caso essencialmente para o Brasil (ver notas finais) Para além das situações de crise e de uma população «abundante» a região é, ordinariamente, auto-suficiente em cereais donde saem, aliás, com regularidade para outros destinos metropolitanos.

quistas de Portugal, ilhas e terras novas do Brasil, por outra com França e Frandres, Inglaterra e Alemanha, donde e para onde recebia de ordinário muitos géneros de mercadorias, e despedia outras; pera os quais tratos traziam os moradores no mar grande número de naus e caravelas com grossas despesas, a que respondiam iguais retornos e proveitos que tinham a vila florentíssima e em estado de uma nova Lisboa.

Pelo mesmo caso julgava que onde havia concurso de mercadorias e mercadores não faltaria a raiz de todos os males que é a cobiça cujo ofício é procurar que todo o homem deseje e procure melhorar-se, inda que seja com seu irmão, nas compras, nas vendas, nas pagas, nos preços, nos prazos, nas companhias, nas correspondências, nos direitos, nos tributos, nas entradas e saídas de alfandegas e, enfim, em todo o género de trato e contrato».

«Ajuntava-se que não só Viana, mas toda a terra de Entre Douro e Minho é uma feira contínua de comprar e vender e embarcar e mercadejar, a gente toda trabalhadora e negociadora da vida que não é pequeno louvor, como se não passem os termos devidos»... «ele achava que só a Viana pertencia polas razões referidas e polo sítio e nobreza do lugar, membro importante do arcebispado».

Pela mesma altura Ponte do Lima apresenta idêntica realidade. Por 1580 se diz ser «vila grande e formosa»³⁷.

É, precisamente, neste contexto de meados do século, no topo de uma fase de prosperidade mas com sintomas e sinais evidentes de graves desequilíbrios, que a vida económica das Instituições – tanto municipal (do burgo bracarense) como eclesiástica – (em todo o Arcebispado) decorrem³⁸.

Dada a feição global observada, uma das grandes realidades é a pressão sobre os bens e rendas quer por parte de beneficiados eclesiásticos quer laicos sujeitando os Patrimónios das Instituições a uma corruptela permanente. Está a passar a era dos Padroeiros e Comendatários que se apropriaram e utilizaram a seu belo prazer de muitos desses Patrimónios com a chegada dos primeiros actos e medidas de Reforma. Todavia, eles só vão largando os bens com a sua morte. Se isto é particularmente evidente com os bens e patrimónios das Instituições Regulares o mesmo se passa com os bens da Igreja, em geral. Os Benefícios da Igreja Secular sofrem a mesma

³⁷ Fr. Luís de Sousa. ob. cit. I. 141; 143. Para Ponte do Lima, Viagem de Erich Steblovo, in «Viajes de extranjeros». Col. Javier de Liske. Madrid. 1878. 133.

³⁸ Deixamos aqui de lado, por agora, a parte urbana propriamente dita.

pressão muitas e muitas vezes praticada pelos próprios eclesiásticos que se precipitam sobre Benefícios e Prebendas aniquilando os bens das Igrejas e Paróquias e de outros Institutos. Passados que iam os tempos de maiores dificuldades, os bens e a sua rentabilidade iriam em crescimento, despertando a cobiça de todos, embora os resultados em termos práticos para as Instituições fosse a consequente e inevitável depreciação. Os abusos de toda a ordem continuavam, constituindo a «gestão» desses benefícios um verdadeiro quebra-cabeças para os prelados reformadores como era o caso de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires. Apesar de por 1536 se ter começado a intervir procurando pôr travão aos enormes abusos, as «traficâncias» com os benefícios e as desordens continuaram como se depreende das medidas no mesmo sentido emitidas na sequência do Concílio de Trento em que Frei Bartolomeu participou³⁹.

Os bens da Igreja bracarense eram particularmente apetecíveis. «Rico Arcebispado» o diz Duarte Nunes de Leão nessa segunda metade do Século XVI⁴⁰. Assim se confirma, com efeito, por informes ainda que pouco rigorosos e esporádicos acerca dos rendimentos globais das Mesas quer Arcebispal quer Capitular.

Embora seja difícil saber com rigor o estado dos rendimentos e encaixes deste Arcebispado – como para a generalidade dos outros, aliás – (por falta precisamente de estudos parcelares): «não é possível determinar com exactidão a importância dos bens eclesiásticos quer em todo o Reino quer distribuídos por pessoas e corporações eclesiásticas». E, não obstante, para o Arcebispado houve fontes em que pormenorizadamente se especificavam e apontavam. Para a segunda metade do Século ordenou-as D. Fr. Bartolomeu: «Quiz saber do montante exacto dessas rendas para melhor controle e administração tendo ordenado logo no início da sua Prelazia o seu registo em livro próprio onde constava em pormenor cada uma das igrejas e benefícios»⁴¹.

Algumas referências, porém, dão-nos uma ordem de grandeza apreciável para estes tempos.

Por 1540 essas rendas anuais eram calculadas em seis contos (uns quinze mil cruzados). Montantes estes que o próprio Papado

³⁹ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*. Ed. Damião Peres. Civilização Ed., Barcelos. 1968. Vol. II. 106-109.

⁴⁰ Duarte Nunes de Leão, ob. cit. ed. 1785. 152.

⁴¹ Fr. Luís de Sousa. ob. cit. I. 95.

considera «pingues e opulentos»⁴². Logo depois, em 1545, o cálculo é praticamente semelhante especificando-se, porém, alguns dos encargos que os oneravam: cerca de 5.000 cruzados (3.500 para o Bispado de Miranda, 1.000 para o Infante D. Henrique e 500 ao clérigo e bacharel João Gomes da Silva). Mas diz-se então que ainda lhe ficavam livres mais de 10.000 cruzados de renda⁴³. Ultrapassaria já aí então bem os 15.000 cruzados dado que logo depois, por 1559-60, testemunha Fr. Luís de Sousa render a Mesa Arcebispal uns 20.00 cruzados anuais⁴⁴. Apesar de acrescentar que em alguns anos cresciam tanto que pareciam miraculosas⁴⁵, a média de crescimento anual não pode ter sido tão espectacular em tão curto espaço de tempo⁴⁶.

Damião de Góis, praticamente pela mesma altura, calcula o rendimento global de todo o Arcebispado em 190 contos isto é, uns 475.00 cruzados, logo seguido por Évora com 450.000 e por Lisboa com 330.000. Quer dizer: este Arcebispado, só por si, a meados do Século capitalizava mais de um quarto de todo o rendimento eclesiástico do País⁴⁷.

Na segunda metade de Quinhentos quer as rendas das Mesas quer os réditos globais de todo o mesmo Arcebispado parecem ter novamente subido (ou continuado a subir para além das dificuldades que se abatiam sobre as populações). À altura da renúncia do Arcebispo, em 1582, estavam em nove contos e trezentos mil reis. Andavam, porém, agravadas com pensões e benefícios quase todos para pessoas fora do País em quase três contos, isto é, uns doze mil cruzados⁴⁸. Logo depois, porém, essas rendas teriam saltado para o dobro.

⁴² Fortunato de Almeida. ob. cit. 98.

⁴³ Idem. Ibidem.

⁴⁴ Fr. Luís de Sousa. ob. cit. I. 84. Renda também dada pelo autor do *Retrato de Portugal 1578-80*. (A. H. de Oliveira Marques, «Portugal Quinhentista». Lisboa. 1987. 187).

⁴⁵ Idem, I. 85. Por esta altura o benefício ao Cardeal Infante ia já em 6. 000 cruzados com mais 1. 000 a diferentes pessoas. Ministros da Justiça secular e eclesiástica levariam mais de 3. 500, mas ficavam ainda livres para a sua Mesa uns 10. 500 a 11. 500 cruzados.

⁴⁶ Luiz Augusto Rebelo da Silva, *Historia de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa. 1867. III. 206.

⁴⁷ A referência é dada por Costa Lobo (*Historia da Sociedade em Portugal no Século XV e outros Estudos Históricos*. Ed. Crítica. Lisboa. 1979. 539).

⁴⁸ «Bracara Augusta». N.º 93. 695. Reproduzido em Apêndice.

Enquanto governou parece não ter permitido D. Fr. Bartolomeu que se mexesse muito ou nada nos arrendamentos mas «é certo que depois que renunciou cresceram as rendas quase em dobro»⁴⁹. Só isso iria, aliás, permitir que um dos seus sucessores – D. Fr. Aleixo de Meneses (1612-1617) pudesse gastar só com esmolos uma média anual de uns 8.000 cruzados.

Os rendimentos globais devem ter acompanhado aquele andamento não obstante por 1632 se continuarem a atribuir os mesmos 190 contos referenciados por Góis para 1558⁵⁰. Desta feita, porém, as posições de Évora e Lisboa invertem-se atribuindo-se a Lisboa 165,5 e a Évora uns 128 contos. Mas os encaixes efectivos seriam muito maiores. Tratando-se de uma estimativa para derramas da Coroa, o Clero limitou-se a apontar rendimentos que já pouco teriam a ver com a realidade. Na verdade, vinham de quase três quartos de Século atrás!

Os rendimentos da Conezias e mais Benefícios andavam nas mesmas proporções em relação aos rendimentos da Mitra e dos globais do Arcebispado. Benefícios pingues, sempre chorudos, os quais até ao Século XVI (como também nos posteriores) sempre despertaram cobiças e abusos.

Em princípio destinados aos servidores da Instituição em troca de serviços e ofícios religiosos, raramente isso aconteceu nesse período. Em mãos de laicos ou do clero ganancioso e ignorante como foi esse com que se deparou o Arcebispo que disso se queixa amargamente. Fr. Luís de Sousa testemunha-o: na generalidade da Diocese um «clero sobremaneira rude, vicioso e idiota»⁵¹. Já o seu antecessor anotara a geral «desonestidade da gente ecclesiastica na qual auia mui grande soltura»⁵².

Ora uma das suas acções mais persistentes (e também ingratas, diga-se) foi, precisamente, o de procurar meter ordem e procurar controlar todos esses abusos ciente de que a Reforma espiritual e

⁴⁹ Fr. Luís de Sousa, ob. cit. I. 63.

⁵⁰ *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Direc. de A. A. Banha de Andrade, Lisboa. 1981. 473 e segs. As dificuldades na distribuição do bolo, iriam continuar pelos tempos posteriores: por 1610: «total rafina» dos seus lemes; 1617 «nuam stado» da sua Fazenda; 1618: a «grande carga de pensões, afectando a dignidade delle». (Cartas da Mitra: 16.6.1610; 11.7.1617; 22.2.1618).

⁵¹ Fr. Luís de Sousa, I. 109. «falta de doutrina tanto nos doutrinados como nos doutrinantes muitos sacerdotes idiotas e pouco idóneos, alguns viciosos e, ainda assi maus de contentar».

⁵² Damião de Góis, *Chronica de Elrey Dom Emmanuel*. Lisboa. 1619. 188.

mental que empreendia exigia também uma acção consequente no temporal. Aliás, as duas vertentes corriam paralelas noutras circunstâncias e com os melhores frutos, como era o exemplo de algumas comunidades do clero Regular.

Riqueza e Reforma espiritual não «convinham» para o Arcebispo. Antes o excesso dos bens temporais eram sempre causa de abusos e desmandos. Por isso, à entrada de posse do Arcebispado, tendo podido aumentar as suas rendas (como logo á sua saída outros praticaram) não o fez, apesar de logo também se verem empenhadas e agravadas com mais duas imposições: uma para o Santo Ofício de 375 cruzados e outra para João Ricci Junior (clérigo beneficiado de Lisboa) de 1.000, além das despesas decorrentes das obras e acções de reformação em que se meteu: Construção e despesas do Seminário, assistência aos meninos pobres da cidade que procurava promover pela instrução e os encargos com a construção de Santa Cruz de Viana da Foz do Lima, além do que continuava a consignar para esmolas que, em algumas circunstâncias, assumiram proporções consideráveis. Ocupar e «distrain» para outros fins que não a ostentação os montantes da Renda da sua Mesa parece ter sido o grande objectivo da sua política sem mexer nos arrendamentos que logo iriam ter reflexos nos que directamente laboravam a terra.

Não o vimos até hoje referido, mas foi esta uma das acções programáticas do Dominicano grandemente preocupado com a situação do campesinato do seu Arcebispado.

Nos seus *Memoriaes para o Concil.o.Bracarêse* uma das recomendações visa precisamente esse aspecto procurando aliviar as terras das rendas e, sobretudo, consolidar a posse das terras nas mãos dos foreiros para incentivar o seu aproveitamento, a benfeitorização e o arroteio. Antecipava, assim, de muito tempo, as polémicas sobre os benefícios e «desbenefícios» da enfiteuse entre nós... O extracto poderá ser extenso mas nem por isso deixaremos de aqui o registar pela sua verdadeira relevância:

«As terras das igrejas Emprazadas Em tres vidas nunca se tirem aos ascendentes,nem descendentes, nem colateraes tee o 2º gao, posto q acabem as vidas, e o prazo fique distinto, por q sendo as terras desta prouincia cõmummente fracas, E de si steriles, se não são industria-das com mt.o gasto E trabalho, se os caseiros não forem certos q não aõ de ser tiradas a seus herdeiros, perderão o animo de as melhorar, benfeitorizar E conseruar, por não perderem o q muito nisto trabalharaõ, E gastaraõ e por se não jmpedirem as benfeitorias q se podiaõ fazer parecia razaõ q quando se fizesse nouo prazo nunqua para valia

de mayor renda na pegação, se tenha respeito ao q valem as terras cõ as benfeitorias, mas somente ao q valem as terras E propriedades somente sem as benfeitorias q fez o caseiro: as quaes sempre sejão de quem as fez, E de seus herdeiros Em sua justa valia: Nem quando o caseiro vender o prazo pague dominio do q as benfeitorias valerem por q não parece justo q huum pague mais Renda pollo q maus val a propriedade da igrija, pollo q nella gastou q podera, se o não gastara Em melhorar a propriedade, deixar os seus herdeiros, pagando sempre a Renda q a igreja deuia: Nem parece justo q huum caseiro pague de dominio de huas casas q quer vender, q fez a sua custa Em huum chaõ da igreja, mais mais do q val o chaõ de cõpra para sempre E allem disso sempre fica a Renda viua, E se paga o dominio tantas quantas vezes se vende. Esta ee a coussa por q os caseiros deixaõ de fazer mt.o mais bemfeitorias, E trazerem mt.o mais melhoradas as propriedades das igrejas, por q pollas bemfeitorias lhes levantaõ a Renda q não leuãtaraõ, se as não fezerãõ. E asi perde a Republica o fruto q mais podiaõ as terras dar: E nem os caseiros, nem a igreja aproveitaõ. Podese vera olho a deferença de bemfeitorias q os lauradores fazem Em as terras suas de herdade.

As luitosas parece q se deuiaõ totalmente tirar, por q se arracadaõ odiosamente, antes Emprazandose as terras da igreja sem as sobreditas condiçoens.

Vejase se converia dar facultade q se possaõ dar per prazo Emphytheotico casas, vinhas, E coussas semelhãtes das igrejas q aõ mester mt.o repario, E cujo valor não ee quasi mais q o q lhes fazem os caseiros, por q andando estas coussas em vidas as deixãõ danificar, E diminuir, por q custaõ mt.o a repairar, E se andassem per prazo perpetuo gastaraõ os caseiros a vontade, E a Renda da igreja andara sempre mais segura não diminuindo as taes propriedades, E a Republica tambem não perderia as bemfeitorias q se podiaõ fazer»⁵³.

Reflexos destas medidas e recomendações⁵⁴?

Nada pacífica foi, porém, a acção que tentou pôr em marcha com os Benefícios e Padroados que restituíssem uns e outros aos seus verdadeiros fins e deixassem às Igrejas os recursos necessários à sua decente sustentação, reconversão e reforma. Aqui as resistências foram grandes e os dissabores paralelos. Clérigos e laicos levantaram-se, por igual, contra o Arcebispo criando-lhe as maiores dificuldades a principiar pelo próprio Cabido. Igual procedimento se

⁵³ *Bartholomeana Monumenta*. Porto. 1972. I-IV. 6-7. (Apresentação e transcrição de Fr. António do Rosário).

⁵⁴ Duarte Nunes de Leão, ob. cit.

observou na Nobreza e aristocracia rurais profundamente imbricadas no Clero, nas rendas e bens eclesiásticos.

Os estudos estão por fazer mas, não obstante uma que outra acção bem conseguida, os resultados finais foram muito parcos e muito restritos.

Fr. Luís de Sousa fixou lapidarmente essa realidade social e económica das terras do Arcebispado e, indirectamente, da situação do campesinato de Quinhentos. Bem procurou o Pastor a Reforma mas ...«ofereciam-se ao Arcebispo montes de dificuldades muito duras de vencer e mais pesadas do que as que já lhe davam assaz de inquietação com o Cabido. Porque estava claro que entrava em guerra descoberta com quase a maior parte do Reino e com toda a nobreza dele, cujas rendas principais constam de igrejas e Comendas»⁵⁵. Mexer ou tentar mexer e alterar esta complexa teia de interesses era tarefa, de facto, arriscada e difícil. As ideias e as acções do Dominicano alarmaram não só o seu Arcebispado como todo o Reino: «Não se pode crer as muralhas de letigios, de queixas, de dúvidas e controvérsias que por todo o Reino se moveram contra o arcebispo... Por cada igreja em que entrava ganhava um inimigo, no que tinha à sua conta e muitos inimigos nos parentes e aliados deste»⁵⁶.

Neste sector da gestão das Rendas, alguma ordem se pôs com a sua acção. Todavia, os tempos posteriores viriam repor quase tudo na mesma. E a renúncia do Arcebispo não terá sido apenas de saúde ou cansaço e de desgaste com a situação política. As inimizades que levantou com a sua acção de Reforma não só Pastoral mas também Temporal para isso devem também ter contribuído. Dados pontuais assim o parecem confirmar.

D. Fr. Aleixo de Meneses, pouco depois, já se refere a essa situação deteriorada não obstante o crescimento verificado nas rendas. Hesita na aceitação da Mitra «considerando andar agravado com muitas pensões e com o que lhe ficava não poderia acodir nem aos encargos da Mitra nem as necessidades dos pobres»⁵⁷. Pelos fins do Século XVI (1591) havia uma autêntica caça aos benefícios deste Arcebispado e «feitos em Roma por estrangeiros»⁵⁸. O panorama continuaria pela primeira metade de seiscentos tendo sido motivo de

⁵⁵ Fr. Luís de Sousa, ob. cit. II. 84-85.

⁵⁶ Idem. 91.

⁵⁷ Fortunato de Almeida. ob. cit. II. 122.

⁵⁸ Arq. Distr. de Braga. UM. Gavetas das Cartas. N.ºs CCIV; CCIX; CCXXI; CCXXII; CCXXVIII; CCXXXI; CCCVI; CCCVIII.

exposição particular nas Cortes de Lisboa de 1641. Que daí em diante tais encargos não pudessem onerar as Mesas em mais de 1/5 dos seus bens sendo Braga expressamente citada «por serem as obrigações desta igreja mui grandes com as esmolas dos pobres e com as despesas que faz com os oficiais da Relação e mais Comarcas do Arcebispado»⁵⁹.

Deixados aqui, por agora, os principais aspectos e vicissitudes da vida Municipal e propriamente urbana que ultrapassem os reflexos e a presença destas crises⁶⁰ e deixadas de parte, também, as notáveis acções que desenvolveu no campo da Reforma espiritual e da promoção cultural no Arcebispado e, sobretudo, dentro da sua Cidade, importa aqui chamar a atenção para uma consequente acção social que – de per si – atesta as preocupações do Arcebispo nesse sector ante as dificuldades e a miséria do campesinato que tem sob seus olhos. Indirectamente documentará, também, os tempos difíceis por que passaram as terras e as gente em pontos vários dessa segunda metade do Século XVI.

A partir da década de sessenta, como referimos, o panorama agrícola parece inverter-se, anunciado por anos bem difíceis como os de 1555 (a que se pode juntar também o de 1559). Creio que se entra efectivamente numa fase não apenas de simples estagnação mas de verdadeira recessão agravada nos anos de noventa e prolongada pelos primeiros anos do Século seguinte⁶¹. Só a relativa abundância de recursos alternativos terá esbatido as consequências sociais das calamidades⁶².

O rico celeiro do Arcebispo e as suas Rendas serviram nesses tempos em ocasiões várias para minorar as fomes, através das esmolas em géneros e outras que fazia distribuir. Anos houve, porém, que foi preciso mandar vir socorro de fora.

⁵⁹ Fortunato de Almeida. ob. cit. II. 122.

⁶⁰ Da qual, como dissemos, damos conta noutra parte deste trabalho. Para a acção social do Prelado: João Marques *O Prelado, o Povo e a conjuntura. Solidariedade e solicitude caritativa* de D. Fr. Bartholomeu dos Mártires. (Actas do Congresso Internacional de IV Centº a D. Fr. Bartholomeu dos Mártires. Fátima, 1994. 443-485.

⁶¹ Faltam os dados numéricos e os estudos parcelares que efectivamente nos revelem a realidade dos movimentos curtos e médios. Aqui fica a nossa proposta de periodização naturalmente apoiada nas referências que se apontam. Vide nota (173).

⁶² Duarte Nunes de Leão, ob. cit. (Vide infra sobre os milhos).

Fr. Luís de Sousa diz-nos constituir o Celeiro a parte mais grossa de todo o rendimento do Senhorio⁶³.

Ignora-se a importância relativa dos cereais nos terrenos do Minho nesta altura. A presença do milho grosso não obstante se atestar a sua presença nas terras a Norte do Mondego nesta altura e particularmente nos vales do Entre Douro e Minho⁶⁴, não seria ainda a suficiente. A distribuição no terreno (certamente com assimetrias locais já bem marcadas) era possivelmente aquela que Fr. Luís de Sousa nos fornece para a altura. Por importância da entrada nos celeiros do Arcebispo: os trigos, os centeios e os milhos⁶⁵. O mesmo faz, aliás, Duarte Nunes do Leão⁶⁶. E sabemos, de facto, que os trigos no Minho registavam altos índices de produção desde os inícios do Século XVI em algumas das melhores terras contribuindo, com os hábitos tradicionais da alimentação, para travar em muitos locais, o rápido alastramento dos milhos nos tempos posteriores⁶⁷.

O ponto do clivagem deve ter-se operado com as crises alimentares dos meados do Século. Os dados disponíveis, poucos, é certo, não deixam grandes dúvidas. Não é preciso esperar pelo Século XVII para constatar a sua larga presença, para vermos o milho painço totalmente esmagado e substituído pelo milho mais (simplesmente *milho*). Logo nos inícios da nova centúria em terras da Abadia de Tibães o painço fica-se pelos vestígios. Representa tão só 0,76% do *milho* (simplesmente)! Está totalmente esmagado e substituído pelo novo cereal. Nos sub-produtos – as palhas – a mesma designação simples: palha *milha* e palha *painça* (mas a marcar duas realidades distintas). Esta, porém, sobreleva de muito aquela. Quer dizer: o painço mantém-se mas apenas como forragem. Não mais, na alimentação humana. Os milhos substituíram-no. Por 1567 já andam nesta função em terras até bem altas do Minho inte-

⁶³ Fr. Luís de Sousa. ob. cit. I-82.

⁶⁴ Rui Fernandes, *Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego... no anno de 153 para 1532*. in «Collecção de Ineditos de Historia Potugueza». T. V. Lisboa 2ª ed. 1936. 552; Cândido dos Santos, *O Censual da Mitra do Porto*. Porto 1973. Passim.; Manuel Fernandes Moreira. ob. cit. ; Bracara Augusta, Nº 67-68. *Vereações*. 411.

⁶⁵ Fr. Luís de Sousa, ob. cit. I. 82. Mas a realidade sobre o terreno podia já ser outra pelos volumes verdadeiramente grandes com que entravam nas rendas de alguns senhorios.

⁶⁶ Duarte Nunes de Leão, ob. cit.

⁶⁷ Aurélio de Oliveira, *Mercados a Norte do Douro e a importância dos mercados regionais*. Porto. 1985. 35-36.

rior: Nas serras e córregos do Gerês onde Fr. Luís de Sousa o surpreende ainda que, tão somente, na boca dos pobres: «pão de milho que é mantimento ordinário de gente pobre»⁶⁸.

Não pode restar mais dúvida também que a meados do Século as terras mais apropriadas do Vale do Douro – e até pontos bem altos – estão já tomadas por este cereal. De 1532 em que Rui Fernandes no-lo revela nas Terras de Lamego, passa e sobe logo depois, (por 1542), mais para o interior do Vale (se é que já lá se não encontrava por aqueles mesmos anos). Na verdade, nas Terras da Régua, ele representa, no geral, já uns 65,5% face aos milhos miudos e em algumas localidades suplanta mesmo os trigos e os centeios nas prestações dos foros e rendas da Mitra do Porto⁶⁹.

⁶⁸ Fr. Luís de Sousa. II. 152. O seu uso está praticamente generalizado nos povoados do Minho: Braga-Guimarães, 1573: «Em Santa Maria de Airão pediu que lhe trouxesse uma broa (assi chamãem por aquelas partes de pão de milho... mantimento de pobresgrosseiro e não mimoso». Idem, III, 121. («mantimento que é o mais vil de todos que se dá aos porcos. (Duarte Lopes, *Relação do Reino da Conego*. Alfa, Lisboa, 1989, 61). Aurélio de Oliveira. *A Abadia de Tibães e o seu Domínio*. 1630-1680. Porto. 1974. Originais: Arq. Distr. de Braga.. CSB. Nº 112. Estados de Tibães. 1632. fl. n/n; E. 1638. fl. n/n. Por 1608. Joseph da Costa assinala a sua rápida difusão nas terras quentes e húmidas onde chega a produzir 1/700. (P. Joseph da Costa. *Historia Natural de las Indias*. Año 1606. 237).

⁶⁹ Não parece restar dúvida da distinção bem clara que Rui Fernandes faz em 1532 deste cereal. «O qual pão e o seguinte: conven a saber: trigo galego, trigo tremes, e centeo e milho, e painço e cevada tremes e cevada cavalari e milho marroco, o qual milho marroco se da na area do douro en canas muito altas, e he espiga que da hua quarta de alqueire e he milho branco; ... os campos se querem dam painço ou milho e este em muita quantidade». Assinala ainda os diferentes tempos de maturação e requisitos climáticos para cada uma dessas modalidades de milho. A sua distribuição nas rendas (certamente mais significativa sobre o terreno é já grande por 1530-32: Em algumas localidades chega a atingir 40% dos trigos e 80% entre centeios e painços. (Cf Rui Fernandes, *ob. cit.* 552; -553).

Em terras ainda mais metidas no interior se encontra, pouco depois, (dez anos separam as duas referências documentais) a mesma realidade mais marcada ainda em algumas terras. O Livro de Registo de rendas e foros da Mitra do Porto no Couto da Régua e outras terras do Vale, (Cândido dos Santos, *O Censual da Mitra do Porto*. Porto. 1973) assinalam a presença do mesmo milho com percentagens muito elevadas na constituição da rendas (a provar uma difusão e disseminação que necessariamente em tempos anteriores) No conjunto de todas essas terras foreiras ele representa 37,1% em ralação os trigos, 65,5% em rela ao milho miúdo e 83,4% dos centeios. Dentro do Couto propriamente dito, as percentagens são ainda mais elevadas: 43, 86 e 40% respectivamente. Do mesmo modo, percentagens elevadas nas dizimarias. Ele está também nas terras de Ferreira e Gaia. (Cândido dos Santos., *cit.* Vide pp. 145, 432, 436, 450, 465, 478 e outras) O «terçado» quando surge aparece já em muitos lados composto por duas partes de milho e uma de centeo. (Vide Viterbo, *Elucidário* Ed. M. Fiúza. T. II.

Poderá, certamente, esta situação cerealífera nova ajudar a compreender melhor o real impacto das crises dos finais do Século. Por um lado, mitigando-as, provocando um relativo esbatimento das mesmas. Por outro, deixando – nos aperceber da grande violência das crises desses tempos difíceis.

Mas sigamos o processo desse verdadeiro rosário e encadeamento de maus anos agrícolas na segunda metade do Século.

Os anos difíceis começariam a desencadear-se e a avolumar-se a partir de 1559-1560 seguidos logo do de 1563.

Infelizmente, falta-nos para a Cidade de Braga (centro de todo este território) o Livro de Vereações referente aos anos de 1559-60. Só dispomos de informações respeitantes à Cidade a partir de 1561. Este e metade do seguinte passaram-se sem dificuldades. Todavia, a partir de Março – Abril de 62 apercebemo-nos já da existência de problemas com o abastecimento de pão à Cidade tendo-se franqueado a sua entrada no decurso do mês de Março pela grande falta que já dele havia⁷⁰. Esta referência coincide com o testemunho de Fr. Luís de Sousa ao referir as dificuldades de recolha das rendas desse ano, especialmente nas terras de Trás-os-Montes⁷¹. Escassa colheita coincidente com intempéries e mau tempo terão sido as causas principais. Os efeitos far-se-iam sentir no ano seguinte de 1563 tendo que se procurar pão por outras terras principalmente por Trás-os-Montes e reforçando-se na Cidade o controle dos cereais e o preço do pão. Logo nos inícios do ano e pelo mês de Abril começam as requisições pela Cidade e Termo obrigando à sua repartição pelos pobres. Ainda nesse mês «acordaraão de poerem per obra de mandarem buscar pão ao baroso e tralos montes per pessoas ... e

396) Não há notícias dele em tempos anteriores mas é, efectivamente, esse mesmo cereal que anda já também nas rendas e na alimentação dos pobres de Braga em tempo de carestias. Assim em 1563 (Bracara Augusta, *Acordos e Vereações*. Ano. 1975. N.ºs 67-68. 405; 411; Novamente em 1565: Bracara. 1976 N.º 70. 714. Rebelo da Silva, assinala as terras de Braga (vale do Cavado) correr da sua precoce difusão. Crê ser a esse grão que João de Barros alude. Os dados aqui aduzidos falavam bem desta possibilidade (L. A. Rebello da Silva, *História de Portugal*, Lisboa, 1869, IV, 439-449). E o mesmo se diga para o Porto. Os milhos estão generalizados na ????? de Entre Douro e Minho, na primeira metade do século XVII. (Arq. Histórico da Cidade do Porto. Liv. de Vereações n.º 32, fl. 215). (Para esta problemática e respectiva bibliografia: Luís Ferrand de Almeida, *A propósito de milho «marroco» em Portugal nos Séculos XVI-XVII*. Coimbra. 1992).

⁷⁰ Bracara Augusta, N.ºs 67-68. *Acordos e Vereações*. 405.

⁷¹ Fr. Luís de Sousa. ob. cit. I. 214.

logo mandarão chamar manuel lujs e ffernão perejra q visem a njcjcjdade desta cidade e pobreza della e do termo e qujsessem hjr o dito manel lujs ao baroso e ffernão perejra a monforte e a tralos montes ... e chaves ... e que todo pão viesse a custa dos bens do concelho»⁷². Para o efeito se contraiu empréstimo de 215.000 reis junto do Cabido. Seguem-se as requisições aos celeiros dos particulares «mandando penhorar os bens das pessoas que o tinham e não o davão». Decreta, por isso também, o Senado, a entrada livre do pão. Tudo de molde a «não perecerem os pobres»⁷³. No ano seguinte parece não ter havido problemas mas já no de 1565 assim não acontece. Durante a primeira metade tomam-se providências contra os vendedores de pão e de cereais obrigando os Rendeiros à sua distribuição pelos pobres e tenta-se pressionar os de Barcelos que impediam e proibiam a saída de grãos para o abastecimento da Cidade⁷⁴ para, finalmente, se ver culminada essa escassez – ainda que não grande, pelo certo – com rumores de peste que entretanto chegaram à cidade: «vjlla do conde lhes escrevera que em azurara morjam dos ares corrutos de peste»⁷⁵. Aqui se tomam de imediato as habituais precauções com nomeação de guardas mores e interdito absoluto de circulação de pessoas e géneros, cancelando-se as feiras, festas e romarias⁷⁶. Com a proibição das feiras e do trânsito de géneros veio a apertar a escassez nos tempos posteriores renovando-se a pressão sobre os Rendeiros.

A um curto período de alívio seguiu-se um ciclo de dificuldades bem grandes não só na Cidade como nas terras do Norte. O ano de 1567 abriu as hostilidades: «É de saber que fora este ano geralmente estéril, e com grande excesso, em toda a terra de Entre-Douro e Minho, e começavam a entrar as fomes, que depois foram em crescimento e vieram parar em peste e ar corruto, que correu todo o Reino com infinito dano»⁷⁷. Os anos de 1568-1569 não nos aparecem com ar trágico nas páginas das vereações bracarenses (para além de alguma escassez de pão e as medidas drásticas contra a

⁷² Bracara Augusta, N.ºs 67-68. *Acordos e Vereações*. 419, 420; 424, 426.

⁷³ Idem. 421; 424; 426. Também 411, 414, 417.

⁷⁴ Bracara Augusta. N.º 70. *Acordos e Vereações*. 711, 714, 716-718.

⁷⁵ Grassando também nas terras vizinhas da Galiza. Bracara Augusta N.º 70. 741, 742.

⁷⁶ Idem. 744; 746-748.

⁷⁷ Fr. Luís de Sousa, ob. cit. II. 154-155. Em Braga tomam-se medidas sobre os rendeiros logo em Fevereiro (Bracara Augusta) N.ºs 73-74. *Acordos e Vereações*. 466, 467. Viggiando a saca de pão de foro que sai para fora. No caso, para Esposende. Idem. 471).

peste que, essa sim, já grassava em pontos costeiros como Esposende – desde Maio – como também na Galiza com alguns rebates em terras várias principalmente do Alto Minho). Por isso, novamente se cancelam as feiras e romarias⁷⁸.

Outras fontes, porém, alargam-se mais consideravelmente sobre as grandes dificuldades destes anos. Importadas e depois favorecidas pelas condições climáticas adversas do ano de 1567 as doenças, a partir da Capital, alastraram a todo o País vindo no final – 1569-70 a atingir as terras do Arcebispado: «foi o ano de 1568 infelicissimo pera este Reino; porque nele teve princípio o cruelíssimo fogo de peste que o correu e abrasou todo com mortandade de infinitas gentes»⁷⁹. «De Lisboa podemos dizer que ficou arrasada»⁸⁰.

A linha costeira foi a primeira a ser atingida. De Esposende, onde já se morria de peste em Maio de 1568⁸¹, obrigando à tomada de precauções imediatas em Braga⁸², passaria a Viana do Lima onde faria grandes estrago. Mais mitigados em Braga onde entrou em princípios de Fevereiro de 1570 levando, logo de imediato, a fugas precipitadas da Cidade pelo pânico que aqui desencadeou. Regressava o Arcebispo da Viana «empestada» quando (pelo caminho) lhe chegou recado da cidade de rebates e mal declarado nela e medo tão crecido que os moradores a despejavam a quem mais podia⁸³. Subitamente se saíram as duas partes dos moradores, como que fugiam da morte certa e os que ficaram tudo foi gente pobre e alguns, muito poucos, do governo»⁸⁴. Renovam-se as medidas de protecção e vigilância tendo ordenado o Arcebispo a construção de «uma casa grande e capaz fora da cidade onde chamam a Defeza Nova (Coutada e Deveza fora das portas da Cidade além da

⁷⁸ Bracara Augusta, N.º78, *Acordos e Vereações*, 958; 976. Em Março de 1568 já se morria de peste em Esposende. Sobre as medidas cautelares de imediato tomadas na cidade vide 977-78; 980; 988; 991. Bracara Augusta, N.ºs 79-80. *Acordos*. 575; Bracara Augusta N.ºs 81-82. *Acordos*. 590, 594. N.º 87. *Acordos*. 497-598. referindo alvoroços e desordens junto às portas da cidade com a precipitação da fuga.

⁷⁹ Fr. Luís de Sousa, ob. cit. II. 181.

⁸⁰ Idem. II. 182.

⁸¹ Bracara Augusta, N.º 78. *Acordos*. 976; 958 (anunciando receios em Ponte do Lima e Viana).

⁸² Idem. 977-991; 976.

⁸³ Manoel Joze da Silva Thadim, *Epoca dos Annaes e Memorias Bracarenses* Ms. fol. 181-182. Fr. Luís de Sousa, ob. cit. II. 185-186. As ameaças começaram durante o Verão logo se proibindo o trânsito e circulação de pessoas, festas e romarias (Brara Augusta, N.ºs 81-82. *Acordos*. 590; 594; 597; 598-600).

⁸⁴ Fr. Luís de Sousa. ob. cit. II. 193.

ponte de Guimarães), pera recolher e curar os feridos, com médico, cirurgião e barbeiro, continos e assistentes, e com ministros e servidores pera o governo e sustentação de todos». Levaram-se logo todos os feridos com seu fato à casa que dissemos, que chamaram da saúde e o foi pera muitos. Apartaram-se a outro lugar os impedidos»⁸⁵.

Reforçam-se as medidas profiláticas na cidade. Mas todos queriam sair seguindo os grandes, a maioria das autoridades e do alto clero. («ainda que os mais dos cônegos e dignidades da Sé se saíram») ⁸⁶. Por isso, o rigoroso cerco em que foi posta levaria a tumultos e desordens junto às portas e locais de saída obrigando a novas medidas de controle e vigilância. Em Agosto de 1569 ao alcaide e meirinho foi-lhes imposto o reforço das rondas e de controle ordenando-lhes «que todas as noutes corram a cidade porquamto se faziam muitos desaguisados e quebrauam as portas da cidade e deribauam os postigos»⁸⁷. Tumultos que igualmente se haviam passado já (e por idênticos motivos) em Viana do Lima⁸⁸.

Desta peste ficaria triste memória numa das pedras do cruzeiro desta ponte de Guimarães: «sêndo Arcebispo de Braga D. Fr. Bertholomeu dos Martyres ouue peste nesta Cid.e o anno de 1570 e os empestados forão trazidos a esta deueza»⁸⁹. Para apaziguar o «mal de que deus nos livre» se fariam grandes preces e procissões na Cidade com promessas a S. Sebastião que por muitos anos se cumpririam⁹⁰.

Segue-se um rosário de anos difíceis a partir de 1571-1572 que vêm a culminar nas fomes e nas pestes de 1574-75 prolongando-se ainda pelos anos seguintes de 1576 e 1577.

Debelados, ou quase, os males da peste, seguir-se-ia logo em 1571 um ano escasso fortemente ressentido das más colheita e fugas

⁸⁵ Idem. 188-189.

⁸⁶ Idem. 190.

⁸⁷ Bracara Augusta, N.ºs 81-82. *Acordos*. 597. As Religiosas dos Remédios, contrariando ordens do Arcebispo, também abandonariam a Cidade. Passada a peste quiseram entrar no Convento que o Arcebispo mandara fechar. Então as freiras amotinadas quebraram e arrombaram as portas contrariando, mais uma vez, as ordens do Prelado Copiavam nisto os populares. (Manoel da Silva Thadim, ob. cit. fol. 282).

⁸⁸ José Caldas, *História de um Fogo Morto*. Porto 1919. 157 e notas.

⁸⁹ D. Rodrigo da Cunha, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*. Ed. Facsimilada. Braga. 1989. II. 378.

⁹⁰ Monsenhor Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*. Braga. 1932. III. 49.

dos campos da população ocorridas nos anos anteriores. Violências e abusos na cobrança de rendas e outras imposições, mais fácil tornaria ainda o deixar das terras para em tempos tão difíceis os não satisfazer⁹¹.

Na verdade, logo no Abril se refere, a partir do Porto, «ser o anno muito estérile de paaõ»⁹². E o monarca ver-se-ia logo aí obrigado a prestar socorros às terras do Norte: «em abril do anno de 1571 mandou a esta cidade do porto ellrej Dom sebastião ij c. mojos de trigo e dous mil cruzados em dinheiro pera se darem a pobres antre douro e minho que foi boa esmolla»⁹³. As colheitas de 1572 foram novamente minguidas prevendo-se, logo em Julho, «que este anno averya algũa esterilidade de pão»⁹⁴. Continuaria o mau tempo pelo Verão comprometendo efectivamente as colheitas. Aos «grandes ventos nortes q foi cousa nunca u.t.ª» de Julho. Pelo Setembro abater-se-iam os temporais praticamente por todo o país. Em Lisboa «destroçando a armada e barcos ancorados no Tejo...ao longo de toda esta praya deste Rio de lix.ª que não ficou vela nhũa asy da armada como das demais q neste Rio estauaõ q não fosse desta raça e feita em pedaços... deixou barcas bateis telhados cais balcois e outras gerais destroiçois que esta trom.ta fezasy em Lix.ª como en todo prtugal que foraõ as mayores q v.t.º se tinhaõ»⁹⁵. Os temporais atingiriam todo o litoral Norte destruindo as terras e as colheitas⁹⁶. E, de facto, no decurso de todo esse ano decretou o Senado bracarense medidas várias de controle sobre a posse e circulação de grãos, vigiando muito de perto as saídas das rendas pagas a residentes de fora do Termo como eram alguns da Cidade do Porto⁹⁷, para finalizar em Julho de 73 (em cima, por conseguinte, das novas colheitas) na contestação das dificuldades. Logo aí se declara-se em confissão aberta a continuação das esterilidades: «vista a grande necessidade q ha de pão nesta cidade e seu termo» se controlassem rigorosamente as rendas, a circulação e os celeiros particulares e

⁹¹ Monsenhor J. Augusto Ferreira, *ob. cit.*, III. 47-49.

⁹² Francisco Dias, *Memórias Quinhentistas dum Procurador del-Rei no Porto*. Apres. de Magalhães Basto. «Documentos e Memórias para a História do Porto». IV. Porto. 1937. 47.

⁹³ Idem. *Ibidem*.

⁹⁴ Bracara Augusta. N.ºs 85-86. *Acordos...*, 420; 435.

⁹⁵ Pero Roiz Soares. *ob. cit.* 64. Sublinhado nosso.

⁹⁶ Maria Inês Amorim, *O Mosteiro de Grijó. 1560-1720*. Porto. 1986. 90.

⁹⁷ Bracara Augusta. N.ºs 85-86. 420; N.ºs 87-88. *Acordos*. 599; 600; 606-607; 611; 613-614.

onde o houvesse sonegado, «dessem varejo e o tomassem»⁹⁸. Segue-se a vigilância apertada nos tempos posteriores. Vêm a somar-se, então, novos receios de peste que já ia comendo algumas populações da Galiza, obrigando a restrições sobre a circulação de gentes e gêneros nas Terras do Minho. Montam-se, por isso, guardas em todas «as estradas e caminhos do termo». Tornou-se praticamente impossível adquirir os grãos nas feiras da Província⁹⁹. Por outras terras se pôde observar processo paralelo: de Viana, a Ponte do Lima e ao Porto e, mais no interior, a Guimarães.

É sob esta modelação de crise repetida que se avizinha o ano drástico de 1574 que culminou, de modo dramático, um período de anos excessivamente frios e secos¹⁰⁰.

Novamente escassas colheitas: «q porquanto este ano presente já neste mes de Agosto avia grande falta de pão sendo a força do recebimento das novidades» se tomassem rigorosas medidas sobre o mesmo dos produtores aos rendeiros vendedores e padeiros. Medida até aí nunca tomada, se impedisse a «aceitação de gente na cidade e seu termo»!¹⁰¹. Já pelo Abril se tomavam medidas cautelares recomendando que se providenciasse sobre as culturas hortícolas recomendando-se as sementeiras dos nabos e das hortas. Há embargos de pão algum do qual seguia para o Porto¹⁰². A situação era já tão grave que neste mesmo mês de Abril os preços do pão disparavam pedindo-se ao monarca intervenção para que em todas as cidades e vilas da Província (nomeadamente Braga, Guimarães, Ponte do Lima, Vila do Conde, Esposende e Caminha) se pusesse cobro á especulação normalizando-se os preços com taxa uniforme no pão. Alvitrou-se o preço justo em 100 reis o trigo, 150 o centeio e milho e 60 reis para a cevada¹⁰³. A carestia fá-los-ia rapidamente esquecer. Das terras de Montalegre veio, então, algum socorro à cidade¹⁰⁴.

Seria talvez o pior ano (esse de 1574) de toda esta segunda metade do Século: «Achámos nas memórias antigas que no ano de

⁹⁸ Bracara Augusta. N.ºs 89-90. *Acordos...*, 714-715. Seguidos de roubos de mantimentos.

⁹⁹ Bracara Augusta. N.ºs 89-90. (embargando-se o pão das rendas com a proibição de feiras e romarias) 733-34; 725; 735; N.ºs 91-92. *Acordos...*, 556-557; 559; 563; 565-566.

¹⁰⁰ *Memórias de D. Fructuoso de S. João*, em António Cruz. ob. cit. 101.

¹⁰¹ Bracara Augusta. N.ºs 83-84. *Acordos...*, 512-513.

¹⁰² *Idem*. 515; 517.

¹⁰³ *Idem* 509.

¹⁰⁴ Bracara Augusta. N.ºs 81-82. *Acordos*. 509; 494-495.

1574, houve nas terras de além Douro, geral esterilidade em todos os frutos, que foi causa de venderem os pobres tudo o que tinham de seu, para sustentarem seus filhinhos, e depois que não houve que vender, nem que comer desampararem as casas e irem-se à ventura peregrinando e lazerando, e aconteceu morrerem muitos pelas estradas. Sentia-se mais o mal como corria o tempo e como se iam acabando de comer esses poucos frutos que se tinham colhido. Assim quando entrou o ano seguinte de 75, era já tão crecida e geral a fome, que se vendia um alqueire de milho por um cruzado, e quem o achava neste preço havia-o por boa ventura e quem o dava por boa caridade»¹⁰⁵.

Os povos do interior acorreram todos aos centros urbanos agravando aqui os problemas. Os celeiros do Arcebispo a custo minoravam a fome em Braga dando esmolas a mais de três mil esfomeados por dia. Segundo afirma Fr. Luís de Sousa ordinariamente se distribuía só à porta do Arcebispo mais de quarenta alqueires de pão cozido¹⁰⁶. Pelo verão somavam-se já também os receios da peste que corria nas terras do Alto Minho e na vizinha Galiza¹⁰⁷.

Mas houve que tomar para a cidade e seu Termo outras medidas de emergência que se prolongaram até as colheitas de 1575. O Prelado mandou buscar cereal às partes do Reino onde o havia e donde era possível extraí-lo e ainda do estrangeiro. Para tanto suspendeu várias obras e outras acções que tinha em curso¹⁰⁸: «mandou logo muito dinheiro a diferentes partes do Reino a empregar em trigo e centeio e milho» fazendo acudir à cidade mais de mil e quinhentos alqueires de cereal¹⁰⁹. Algum chegaria das terras de Montalegre ainda antes das colheitas de 1574¹¹⁰.

Ao auxílio veio também o contributo régio. Em Janeiro de 1575 «atendendo» a grande esterilidade e falta de pão que o ano passado ouve nessas comarcas dante douro e minho e nas de Trallos montes e parte da beira» D. Sebastião anuncia ao Arcebispo o envio de 20.000 cruzados «de minha fazenda»¹¹¹ (dos quais 8.000 em pão «para os mercadores folgarem mais de o fazer e o uendão a

¹⁰⁵ Fr. Luís de Sousa. ob. cit. II. 225.

¹⁰⁶ Idem. II. 166.; Também D. Rodrigo da Cunha. ob. cit. II. 379.

¹⁰⁷ Bracara Augusta. N.ºs 81-82. *Acordos*. 503.

¹⁰⁸ Fr. Luís de Sousa. ob. cit. II. 166.

¹⁰⁹ Idem. II. 227-229.

¹¹⁰ Bracara Augusta, N.ºs 94-95. *Acordos*. 803.

¹¹¹ Fr. Luís de Sousa, II. 228.

preços moderados» fazendo-o vir das Castelas para que fosse distribuído nos lugares mais apertados). Os restantes 12.000 cruzados em dinheiro para distribuir pelos pobres do Arcebispado. Chegariam, assim, à cidade mais 4.000 alqueires de cereal de que se dá conta ao Arcebispo para que ele o repartisse em Braga e o fizesse também distribuir «pelos prelados das outras comarcas»¹¹². Em Julho o monarca manda ao Corregedor do Porto não proceda em coimas e devassas, perdoando a todos que tivessem incorrido em ilícitos por trânsito de mercadorias e alimentos – a sublinhar a gravidade da situação e procurando que esses bens viessem, de qualquer modo, aos mercados: «avendo Respeito ao trabalho e pobreza em que o pouo dos lugares desa comarca esta por causa da estrellidade do anno passado... nem contra os que no dito tempo uemderaõ paõ a mais da taixa vista a grande nesesydade que delle ouve E asy me escreuereis o modo que podera aver para que os donos do paõ seyaõ pagos e naõ Recebaõ perda ficamdo os lugares proujdos»¹¹³. (Medidas rigorosas e drásticas sobre a venda e circulação de cereais são reforçadas que, não obstante, não impediriam no todo os açambarcamentos e a venda especulativa do pão. Muitos houve então que engrossaram o bucho com a fome e a miséria dos outros: «Neste ano houve muitos ricos que, como sanguessugas, engrossaram do sangue dos pobres, enchendo de prata os cileiros que vazavam de pão»¹¹⁴. Alguns dos Mosteiros recém – reformados da Ordem de S. Bento, como Tibães, a par das acções do Arcebispo, viriam também ao socorro de muitos pobres que à porta das suas Cercas acudiram¹¹⁵.

Particularmente atingidas por esta crise as terras do Norte. Uma testemunha presencial, a partir do Porto, assim o refere contrapondo a escassez destas terras com a relativa normalidade das terras do Sul:

¹¹² Original no Arq. Municipal de Braga. *Cartas Régias*. Publicamos em Apêndice. Bibl. Nacional de Lisboa. Cod. 3711; Publicada ou sumariada nos principais biógrafos do Arcebispo (Fr. Luís de Sousa; D Rodrigo da Cunha. Também em Sena Freitas, *Memórias de Braga*. Braga. 1890. T. V. 305-306. e, recentemente em «Bracara Augusta», Nº 93. 667.

¹¹³ Carta Régia para o Porto de 17. 5. 575. António Cruz. cit. XXX.

¹¹⁴ Fr. Luís de Sousa. I. 228. Também as Vereações do Porto nos dão conta, a miúdo, deste contôle sobre os cereais e o pão anotando «a muita falta de pão nesta cidade» logo em Março referindo-se os «regatoes que tiranizauão o pouo... por venderem por preços muito dearezoados». (António Cruz.. cit. Textos de *Vereações* XXXVI-VII; XLIV.).

¹¹⁵ Fr. Marceliano da Ascenção, *Coronica de Tibaens*. Ms. do Mosteiro de Singeverga. fol. 215.

«em alentejo e Riba tejo houue muito pão e de Coimbra para la»¹¹⁶. Duraria esta crise «até a novidade e colheita de mil quinhentos e setenta e cinco, que Deus foi servido mandar bem abundante» – na informação de Fr. Luís de Sousa¹¹⁷.

Apesar de Braga não ter sido muito atingida «durou (aqui) a peste menos tempo do que se esperaua»¹¹⁸ – outro tanto não aconteceu por outras terras.

A peste e as mortandades de desses anos deixaram sulcos graves em várias povoações. Das mais próximas Guimarães que terá perdido quase metade da sua população a avaliar pelo censo de 1527: «No anno do Senhor de 1575 houve nesta villa tanta mortandade de gente que desde o mes de Abril até o de Agosto morreram duas mil pessoas e no termo cinco mil e não havia nos adros das Igrejas lugares aonde se enterrassem os motos; ... e que procedera este contagio da grande fome, que no anno antecedente houve, em que morreo muita gente»¹¹⁹.

Como centro maior da região, ao Porto afluiriam muitos dos povos agravando também aqui os problemas. Procurou a cidade despejá-los com distribuição de rações de biscoito e aos que desejassem acolher-se a Lisboa se lhes aumentava a porção e se lhes pagava a viagem. E, de facto, muitos outros não só das Beiras como de Entre Douro e Minho Trás os Montes e até da Estremadura se acolheriam à Capital¹²⁰. Os de maiores posses e os que podiam saíram apressadamente da cidade buscando muitos as casas e propriedades (essencialmente vinhateiras) que detinham por Lamego e outras partes. Mesmo assim ainda ficaram na cidade muitas bocas a alimentar e a requerer cada vez mais pão e a engrossar o número dos que não resistiram semeando as ruas e praças da cidade de doentes e cadáveres «que pela muita estrelidade que ouue este anno (estamos em Abril de 1575) em todo antre douro e minho e tras os montes e beira se vieraõ ha esta cidade muitos pobres asi do termo dela como doutras muitas partes das ditas comarqas e vinhaõ deles taõ doentes de

¹¹⁶ *Memórias de um Procurador del Rei*. cit. Vide Apêndice. 6.

¹¹⁷ Fr. Luís de Sousa, II. 226-227. Não tanto, porém. Logo pelo Outono as chuvas comprometeriam as colheitas.

¹¹⁸ Duarte Nunes de Leão, cit. 210. Também D. Rodrigo da Cunha, cit. II. 378.

¹¹⁹ Antonio Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*. 2ª ed. Braga. 1868. I. 64. Abade Oliveira Guimarães, *As epidemias em Guimarães*. in «Revista de Guimarães» N° XXIII. 58.

¹²⁰ António Cruz, ob. cit. Cartas régias para Porto e para Lisboa apoiando as medidas das respectivas Vereações. (124-125. Texto de Vereação – XXXVIII).

fome que comeram eruas danosas que era causa de morrerem muitos pela qual rezaõ avia muitas doenças na cidade e morria cada dia muita gente e se achauão mortos muitos pobres pelos alpendres e ruas por estarem os espritaes cheos deles doentes e os fisiqos dizem que eraõ doensas que se apegauão e muito impiedozas»¹²¹. Nas vizinhas terras de Gaia e Grijó idênticas calamidades¹²².

As mesmas medidas de excepção se tomam para as terras de Braga. Estrito contrôle dos géneros e circulação de pessoas. Buscas e compras de cereal no Reino (Terreiro de Lisboa incluído) e no estrangeiro.

Por Carta régia de 6 de Março se recomenda à Câmara de Lisboa conceda licença para que o Arcebispo de Braga possa extrair daí pão para levar para o Norte¹²³. Mas o grosso do socorro viria do exterior: da Flandres, da Inglaterra e das Castelas. Para algumas destas medidas além do grande contributo do Feitor da Flandres – natural do Porto (a par de outros grandes mercadores, aliás). Mas houve que contar também com os favores e contributos régios. O monarca acede a que as suas rendas nesta cidade sejam a isso consignadas¹²⁴. Ordena ainda à cidade de Lisboa que deixe sair o pão necessário para socorro das terras do Norte. Na presente circunstância se referem expressamente Caminha e seu Termo¹²⁵.

Também os povos das Beiras (e das outras províncias do Norte como acima se disse) se dispersaram procurando o refúgio das cidades. A Lisboa afluí grande número de famintos do que resultariam doenças e mortes fora do normal.

As Memórias de Pero Ruiz relatam ali também a presença dessas dificuldades: «No março seguinte da mesma era de 75 ouue em lix.^a m.^{ta}s doenças de sangue e de mortes arebatadas que duraraão tres mezes e comcordaraõ os fizicos E foy asy que o causara a m.^{ta} gente q uiera da beira a esta çidade com fome e estrelidade q la auia as quais das eruas e Coussas Roífs q la comiã Com fome uinhaõ todos da cor deruas E eram as Ruas cheas delles q era lastima uelos

¹²¹ Idem. Texto de Vereação – XLI.

¹²² Maria Inês Amorim, Ob. cit. 90.

¹²³ Ao mercador António Faleiro que dali levaria cem moios de pão «remetendos para aquella cidade onde a fome fazia muitas victimas». (Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município, de Lisboa*. Lisboa. 1887. I. 593).

¹²⁴ António Cruz., ob. cit. 127-138.

¹²⁵ Eduardo Freire de Oliveira, ob. cit. I. 593-594. (Carta régia de 21 de Setembro de 1575).

ao q elRey acodio mandando ao esprital agazalhasse todos os que coubeseem q elle lhe daria seu ordenado pera cada dia E porq o numero era taõ grande en demazia q não pode o esprital agazalhar a deçima parte ordenaraõ botar a cada mercador hûs tantos Conforme sua posebelidade tendo todos m.to particular cuidado dos seus.A este desemparo acodio tambem a Infante dona Maria mãndando fazer no cais da Madr.^a hû osprital agazalhou mt.^a soma delles que cada dia uinhaõ entrando doentes acodindolhe com todo necessario abundantemente»¹²⁶.

O monarca em carta de 4 de Abril de 1575 louva a Câmara pelo acolhimento dado aos foragidos: «no remédio e gasalho dos pobres que vierão a essa çidade, da beira, antre douro e minho e traslos montes e tudo me pareceu muy bem feito e de muito seruiço de nosso s.or»¹²⁷. De caminho para Lisboa (e outras terras do Sul onde a carestia não apertara tanto) agravaram a situação em muitas terras do percurso especialmente em Coimbra que, a par do socorro, acosada por idênticas dificuldades, se viu obrigada às medidas drásticas da expulsão¹²⁸.

Seguir-se-ia um alívio momentâneo. Seria sol de pouca dura... As colheitas melhoradas (apenas nos cereais de inverno de 75) pouca fartura fizeram. Até 1577 testemunha Fr. Luís de Sousa, foram dez a doze anos seguros de azorragues¹²⁹.

As grandes chuvas e destruições do inverno de 1575 prolongariam as dificuldades ainda para 1576 (não obstante um ano agrícola em cereais de inverno melhor que o anterior. O dominicano dá a entender ter sido até um ano farto. Todavia, as intempéries de Outubro e daí em diante comprometeriam os recursos alimentares desse ano. Logo pelos inícios de 76 se anota a escassez e a esterilidade a mostrar que o ano precedente não teria sido tão bom como isso. As cartas régias de Agosto para a Câmara de Lisboa falam já nesse mês de esterilidade e «falta de novidades q este anno ouue» particularmente nas Províncias do Norte¹³⁰. De Coimbra e Aveiro (Beiras) a Viana do Lima as dificuldades eram claras. «Os anos de 1576 e 1577 foram de muito trabalho e fome»¹³¹. Por isso, para

¹²⁶ Pero Roiz Soares, ob. cit. 80-81.

¹²⁷ Eduardo Freire de Oliveira, ob. cit. I. 593 (Carta régia de 4 de Abril de 1575).

¹²⁸ António de Oliveira, ob. cit. I. 258-260.

¹²⁹ Fr. Luís de Sousa, II. 165.

¹³⁰ Eduardo Freire de Oliveira, I. 600-601.

¹³¹ António de Oliveira, ob. cit. I. 261-262.

aqueelas terras enviaria o monarca novamente socorro em grãos que entraram pelos portos de Viana, Porto e Aveiro¹³².

«Houve neste ano de 77, esterilidade apertada por todas as terras de além Douro. E como tinham precedido outros anos fracos, começou a sentir-se muita falta e encher-se a cidade de gente miserável que andava pelas portas buscando seu remédio

Porque muitos que dantes lavravam seu pedaço de terra, como lhes faltava a manutenção, foram primeiro vendendo as pobres alfaias, depois o gado; e no cabo, consumido tudo, não tendo de que sustentar-se, nem com que beneficiar as terras, largavam a casa, corriam à cidade e ao prelado»¹³³. Mais de uma década repleta de graves dificuldades que teriam, inevitavelmente, que provocar sequelas sociais graves e afectar por, seu turno, as actividades económicas, particularmente no sector agrícola como o sublinharia Fr. Luís de Sousa: «dez ou doze anos que correram até o de 1576 e 1577» contabilizou o mesmo cronista¹³⁴. Abandono de terras, outrossim, confirmado pelo cronista do Mosteiro de Grijó por toda esta região a Sul do Porto¹³⁵.

As grandes chuvas e destruições do inverno de 75 prolongariam as dificuldades ainda para 1576 (não obstante as razoáveis colheitas em cereais de 1575): «aos 3 de outubro de 1575 Come-saraõ de chover tão grandes e continuas agoas de noute e de dia que se não uio estar hu ora sem chouer ate o redadr.º do dito mes o que causou mt.ªa caidas de cassas de barrocas auendo tão grande chea que chegou a alagar o Roçio q paressia mar e a rua noua o mesmo onde ouue grandes perdas e a causa porq se alagou o Roçio a rua noua... E en todas as partes de purtugal ouue o mesmo dano e perda – e logo em dezembro seguinte tornou a cursar a chuua e causou outra chea mt.º mayor e de mt.º mor dan e uinhaõ por esse mar muitos bois uacas bestas mortas e pessoas foi mui espantosa cousa»¹³⁶. A colheita da azeitona ficaria perdida a par de muitas alfaias e gados comprometendo as sementeiras dos cereais do ano de 1576¹³⁷.

¹³² Idem. 262.

¹³³ Fr. Luís de Sousa, II. 165.

¹³⁴ Idem. Ibidem.

¹³⁵ Maria Inês Amorim, ob. cit. 90.

¹³⁶ Pero Roiz Soares, ob. cit. 83.

¹³⁷ *Memórias de D. Fructuoso de S. João*, (trad. e transcrição de A. Cruz, ob. cit. 100-101.

As dificuldades continuavam pelo Alto Minho pelo ano seguinte como por exemplo em Viana do Lima¹³⁸. Pequeno alívio, pois. O camartelo voltaria a bater, pesado, logo em 1576. Pelo Agosto refere o monarca a muita esterilidade de pão nas comarcas do Norte «pella falta de novidade que este anno houve»¹³⁹. Prosseguem em 1577 com o aparecimento de surtos de peste em lugares vários da Província. Do litoral (Porto, Matozinhos, Leça, Vila do Conde-Azurara a Viana e Caminha, atingiria, não obstante os cercos montados, várias terras do interior como Barcelos e Arrifana, Pica e outros lugares¹⁴⁰.

Estabeleceu-se novamente o pânico entre as populações do Norte. Do Minho a Trás-os-Montes e Beiras abandonam – se novamente as terras buscando protecção nos lugares desimpedidos do Sul. Coimbra, como ponto privilegiado desses caminhos, viu-se particularmente procurada agravando aí os problemas de subsistência e aumentando o número de doenças e de mortes. Teria a cidade de ordenar expulsão aos indesejados forasteiros acontecendo o mesmo com as terras que davam igualmente passagem obrigatória para o Sul como Tentúgal, Montemor, Cernache e Condeixa¹⁴¹. Como nas outras circunstâncias de aperto, seguem-se as pragas habituais dos açambarcamentos de que se vêm expressamente acusados os Rendeiros e padeiras que escasseiam, açambarcam e encarecem os grãos e o pão¹⁴². Neste quadro debilitado, da Província não conseguiria o Monarca fazer levantar um Terço, sequer, dos que para aqui pedira quando do apresto de homens para a sua aventura africana¹⁴³.

Coincidiriam todos esses anos com afecções climáticas que – praticamente em anos sucessivos – viriam a afectar gravemente as produções. Podem, assim, estes anos documentar entre nós os inícios da chamada «*little ice age*» essencialmente caracterizada pela presença de uma série de anos frios e secos que viriam a afectar as colheitas tradicionais em largas áreas da Europa Ocidental a partir,

¹³⁸ Manuel Fernandes Moreira, ob. cit. 86. Ainda de crise por terras do Alto Minho. Ao Porto chega também pão de Lisboa. (A. Cruz. cit. *Vereações*. LXV).

¹³⁹ Eduardo Freire de Oliveira, ob. cit. I. 600-601. Aos ingleses e a outros seria dada permissão para meterem pão em Lisboa. Vide Apêndice.

¹⁴⁰ António Cruz, ob. cit. 149 e segs; 202. Morria-se de doenças malignas no Porto em Julho de 1577. *Vereações*. C; CXXXIV. e segs; Vide; Arq. Hist. da Cidade do *Porto. Liv. I da Próprias. fl. 63.

¹⁴¹ António de Oliveira, ob. cit. I. 262-263; António Cruz. , ob. cit. CX e segs.

¹⁴² António Cruz., CLXII-IV. Agosto de 1577.

¹⁴³ Idem. 207.

precisamente, destes anos¹⁴⁴ entremeados, por vezes, de outros excessivamente quentes e húmidos que igualmente afectariam as colheitas e o próprio estado sanitário das populações¹⁴⁵. As perdas verificada sobre as produções de cereais e outros recursos alimentares habituais, dariam mesmo a Braudel um dos grandes panos de fundo explicativos para as grandes alterações que viriam a atingir irremediavelmente todo Império europeu de Filipe II¹⁴⁶.

Não se esgotará o elenco, mas algumas notas dispersas e apontamentos ocasionais dão conta das «alterações» em curso corroborando e confirmando a natureza destas dificuldades climáticas coincidentes com estes anos e que se irão prolongar até finais do Século (por vezes intercalados por anos excessivamente quentes de efeitos igualmente nefastos¹⁴⁷).

Já o ano de 1571 tinha sido um ano verde atingindo particularmente o produção de vinhos¹⁴⁸ mas para o ano de 1572 a notícia não deixa de ser particularmente importante sob este ponto de vista: chegariam a gelar as águas salgadas da margem Sul do Tejo! Eis as notícias «metereológicas» colhidas a partir da Capital por Pero Ruiz:

«a somana Redadr.^a do mes de dezembro da era de 1572 foram os frios e geadas tam grandes em portugal qual se não acordua ninguê uer outro tal porque pelas Ruas de lix.^a em qualquer poça que acertaua de ficar agoa se achaua pela menhã em caramelo da grosura de tres quatro dedos e não falo pelo campo porque la era coussa nunca u.^a a mĩ macontesseo por di noute hũa tigela chea de a agoa a ginela e pela menhã achala feito caramelo tam duro que se não podia tirar sem quebrar a tigela nas outras partes da beira e dalentejo se achauam pela menhã os potes das cantareiras feitos em caramelo e quebrados os potes ficaua a forma de caramelo em pote tam dura q não auia podela quebrar e o q mais foi de marauilhar foi que o mar salgado dalcouchete ao longo da terra se uiu coalhado em caramelo e tirando algũa fatexa dagoa Caindo aquela agoa q uemna corda no leito se coa-

¹⁴⁴ Emmanuel Le Roy Ladurie, *L'Histoire du Climat depuis l'an mil*. Paris. 1967.

¹⁴⁵ Poderá ser o caso, entre nós, com o ano de 1601 excessivamente quente (Vide Pero Roiz, ob. cit. 389).

¹⁴⁶ Fernand Braudel, *El Mediterráneo y el Mundo Mediterráneo en la Época de Felipe II*. Mexico – Buenos Aires. 1976. Vol. I.

¹⁴⁷ E. Le Roy Ladurie, ob. cit.

¹⁴⁸ António Cruz., ob. cit. *Vereações*. III, o mesmo para 1573 (XXI) de que resultou falta de vinhos e consequente subida dos preços. Os anos de 1574 e 1575 seriam novamente anos frios e húmidos não tendo conseguido, as salinas de Aveiro, secar o sal. (Idem. XXXV; XL).

lhaua emprouizo em caramelo e por aqui se pode Iulgar o que seria nessas partes da beira de sseu natural tanto mais frias»¹⁴⁹.

Outro memorialista passaria a escrito o que observara em Évora nesse mesmo frigidíssimo Inverno: «... foy o frio taõ grande que em Euora aonde a Corte estaua se achou que se coalhara a agua da praza que tres dias naõ correo e o caramelo das ruas por onde a agoa corria ficou taõ duro que passaua hum carro Sem se quebrar e os tanques todos congelados. Botauase de caza a agua na rua e no ar se fazia em caramelo tamem aqueceo estar ceando e cortar hum rabaõ em agua e vinho p.^a tomar hũa talhada trouxe o prato pegado nella: as laranjas tihaaõ coalhado o çumo e p.^a espremer era neçesr.^o aquentallas. Aconteceo coalar nesta Cid.e o uinho em garrafas: dizem os naturaes que se acordaõ de 70 annos a esta p.te naõ uerem tal»¹⁵⁰.

Prosseguiriam os frios e as chuvas pelo ano seguinte: «... logo no pr.^o de março seguinte choueo tanta e taõ grande quantidade de Agoa com trom.ta que espantaua atodos Causando taõ grandes cheas q a dous de abril q da mesma manr.^a entrou do quentrou março foy taõ espantossa chea que chegou omar a cobrir toda a Rua da Misericordia que poduaionadar por ella grandes barcas e chegou ao auer vdo pezo ate onde tambem podiaõ nadar barcas e por todo o Reino foi o mesmo durando este tempestuosso tempo ate 12 de Mayo de 1573 fazendosse dia dantes m.to solenes proçissois em toda a cidade por mandado do Arçebispo aprouue a ds ouuir os peccadores e logo ao outro dia erguer o tempo»¹⁵¹.

Não se havia certamente recomposto o quadro agrícola e sanitário com os anos de 1578 e 1579. Grande parte das colheitas deste ano perder-se iam em muitas terras do Minho. O vale médio e superior do Cávado – de que Braga era o coração – viu-se particularmente atingido: «quinta feira 16 de julho de 1579 em Braga a hũa depois do meio dia uieraõ grandes nouoins cõ taõ grandissima tempestade dagoa e de pedra q nũa se tal uio e a pedra era como castanhas e onde tocou deixou tudo aroinado como se o fogo o queimara foi taõ grande a tempestade dagoa q leuou moinhos aruores trazia grandissimos penedos couza de grande espanto e naõ durou hua ora»¹⁵². Em Outubro havia que franquear a entrada e a venda de

¹⁴⁹ Pero Roiz, ob. cit. 68.

¹⁵⁰ Biblioteca Nacional de Lisboa. Cod. 411. fl 41.

¹⁵¹ Pero Roiz, ob. cit. 69.

¹⁵² Texto a publicar em *Motins e Revoltas em Braga no Século XVI*.

cereais em Lisboa¹⁵³. Logo pelos fins do ano se começaram a sentir novas ameaças de doenças malignas no Norte.

De Coimbra onde já se morria de maleitas em fins de 1579, passa-se também ao anúncio de vários surtos pestíferos a Norte do Douro: Vila do Conde e Barcelos no decurso de 1580¹⁵⁴. As notícias da peste de Lisboa a que se somava já também a calamidade da fome chega a Braga em meados de Julho de 79: «vierão cartas de Lix.^a q deziaõ q a cidade estaua despejada tododia se despeiaua e q auia grande fome S. a 3 testoins o alqueire de trigo»¹⁵⁵. Esta nova peste iria atingir rapidamente várias terras do Norte fazendo em algumas delas mais estragos que a de 1569-70.

Uma fonte tomada a partir do Porto dá conta aqui logo dos estragos: «viam-se as ruas e estradas coalhadas dos mortos da peste e da fome e logo entrou um exército de quatro mil homens que muita mais gente matou»¹⁵⁶. Está, pois, instalada no Porto em Janeiro de 1581 logo aqui fazendo grande mortandade. Segundo testemunha presencial umas sete mil pessoas espalhando novamente o pânico, levando à fuga das populações¹⁵⁷. Chega a Guimarães e alastra em Barcelos¹⁵⁸. As deslocações de gente de guerra activaria a epidemia. Diz Francisco Dias do Porto que «neste tempo (escreve em 1581) ante hum anno ou dous ouue em lixboa grande peste, e em Santarem, setubal e quando o senhor Dom antonjo ueo a auairo trouxe consigo a peste, dahi se apegou no porto em janeiro de 81 que foj estrago de morte de mais de sete mil pessoas»¹⁵⁹. Sobraria maleita ainda para 1582¹⁶⁰.

Por todo aquele ano de 1580 se tomaram medidas sanitárias e se procurou em Braga o abastecimento da cidade dos grãos que escasseavam com graves queixas contra os de Vila do Conde, Esposende e Barcelos que – procurando defender-se – impediam o abastecimento das terras de Braga¹⁶¹. A Revolta e os Motins aqui ocorridos

¹⁵³ Eduardo Freire de Oliveira, cit. I. 617.

¹⁵⁴ Bracara Augusta, N.ºs 57-58. *Acordos*. 95, 328; 331.

¹⁵⁵ Vide supra nota (135) Eduardo Freire de Oliveira, cit. I. 647 e segs.

¹⁵⁶ Bibl. Pública Municipal do Porto, Ms. N.º 851. fl. 215.

¹⁵⁷ Francisco Dias, ob. cit. 124. *Indice Chronológico*, cit. 313. Bracara Augusta, N.ºs 57-58. *Acordos*. 328; Arq. Distr. de Braga, Gaveta das Cartas. Ricardo Jorge, *Demographia e Hygiene do Porto*. Porto. 1899. 101.

¹⁵⁸ Bracara Augusta, N.ºs 57-58. 361. *Acordos*. 340.

¹⁵⁹ Francisco Dias, cit. 124.

¹⁶⁰ *Indice Chronologico*, cit. 313.

¹⁶¹ Bracara Augusta, N.º 57-58 *Acordos*. 360 e segs.

nesta altura – ainda que de cariz notoriamente político – não prescindem da presença deste quadro debilitado e instável¹⁶². Sabe-se também por uma testemunha presencial de Braga, que por 1581 e 1582, se morria de doenças malignas na cidade «por causa sobretudo dos tempos passados tão umidos e doentios (de que) se causou hû catarro m.to ruim e adoeceo delle a maiopr parte da g.te desta cidade e daua m.to trabalho... e adoeceo grande n.º de mininos de lumbriga ...»¹⁶³. O mesmo acontece ainda no Porto como se depreende de Abril desse ano ao referir a continuação das maleitas na cidade. De facto, viajantes que ali iam fazer pousada tiveram que ir a outros lugares «por motivo da mortandade» que aí andava¹⁶⁴.

Depois de tantas atribulações seguir-se ia uma dezena de anos pacíficos. Não se encontram, na verdade, referências nem a más colheitas nem a crises de subsistência nem a doenças malignas. Poderíamos falar talvez de uma década relativamente feliz não fora o ano de 1585-86 em que as fomes bateram novamente à porta de muitas povoações do Arcebispado. Seriam mais uma vez, desencadeadas pelas intempéries climáticas de 1585»: «... seguio-se o anno de 1585 (referem fontes tomadas a partir da Abadia de Tibães no coração do Minho) no qual foraõ tantas as chuvas e tam gr.des as inundaçõins nesta provincia do Minho q se veyo a originar hua grande fome em toda ella... como as ciaras não acodião com os fructos não tinhão os caseiros do Mostr.º com q lhe pagar as pensoins, sobre isto acrecia ser m.ta a pobreza q acodia a porta do Mostr.º p.ª remedearem Sua indigencia»¹⁶⁵.

Seguir-se iam pancadas de doenças malignas em algumas destas terras do Norte pelo ano de 1586 nomeando-se expressamente o Porto e Aveiro¹⁶⁶. O Porto teve que ir em busca de cereais por terras de Trás-os-Montes, Torre de Moncorvo «e outras partes»¹⁶⁷. Uma carta régia para o Arcebispo de Braga dá conta dos «grandes invernos do anno passado» (1586) com grandes cheias na região centro de que resultara a destruição de várias pontes do Mondego. Também

¹⁶² *Motins e Revoltas em Braga no Séc. XVI*.

¹⁶³ *Memórias de Braga. 1578-1582* (Ms. a publicar brevemente).

¹⁶⁴ O mesmo sucedia na Cidade do Porto (Carta régia de 4 de Abril de 1582 – onde se referem as doenças que ainda grassavam na Cidade. Arq. Hist. da Cidade do Porto. Liv. 1 ds Próprias).

¹⁶⁵ Fr. Marceliano da Ascensão, ob. cit. fol. 236v.

¹⁶⁶ António de Oliveira, ob. cit. 267.

¹⁶⁷ Arq. Hist. da Cidade do Porto. Liv. do Reg. N° 1. fl. 40.

em Guimarães se faziam sentir, nesse ano, idênticas doenças malignas¹⁶⁸. A região das Beiras a partir de Viseu veria o mal prolongar-se de 1585 a 1588¹⁶⁹. Por causa destas carestias os povos de Murça levantam-se e amotinam-se em 1587 contra o Colector e Procurador do Arcebispo que ali fora para cobrança de rendas nestes tempos novamente apertados¹⁷⁰.

Seguir-se-ia um segundo período calmo até 95-96 com algumas dificuldades detectadas para 1590-92 que, não obstante, não alterariam a fisionomia agrícola e demográfica¹⁷¹. Outro tanto se não poderá dizer, porém, para o sector mercantil acossado por dificuldades várias que terão contribuído para despoletar ou activar algumas revoltas e motins populares em centros urbanos e mercantis como o Porto em 1591-92 e, ao que parece, «em outros lugares dantre douro E M.º» (como Braga e Guimarães) e Viana do Castelo em 1593¹⁷².

Este quadro de acalmia e relativo bem – estar ia alterar-se drasticamente nos anos seguintes quebrando, mais que plausivelmente, as recuperações entretanto verificadas durante esses anos¹⁷³. O ano

¹⁶⁸ Arq. Distr. de Braga. *Gaveta das Cartas*. Carta de 15. 12. 1587; Carta de 25.1.1589; Carta de 9.2.1589. As doenças pestíferas andavam, de facto, em Guimarães nesse ano de 1586. (A. L. de Carvalho, *Os Mesteres de Guimarães*. Guimarães. 1946. VI. 80-81).

¹⁶⁹ João Nunes de Oliveira, cit. 71. Assinalem-se para 1591 «doenças» presentes em Lisboa (Eduardo Freire de Oliveira, II. 67) como, para o ano precedente, algo pelo Minho de que há queixas no Porto. Aqui, nesse ano, há falta de pão tendo que se buscar por Trás-os-Montes – «torre de Moncorvo e outras partes». Arq. Hist. da Cidade do Porto. Liv. dos Registos. I. fl. 40).

¹⁷⁰ Aurélio de Oliveira, *Os Motins de Murça de 1587*. (Em «Douro Estudos e Documentos» N° 5. Porto. 1996).

¹⁷¹ Também o ano de 1590 – à semelhança de 1591 – não foi sem dificuldades no Porto, tendo-se que recorrer, mais uma vez, às terras do interior: Trás-os-Montes e Beiras. (Arq. Hist. Cidade do Porto. Liv. dos Registos N° 1 fl. 157v.) Proibindo-se igualmente a saída de farinhas. (Idem, fl. 345 v). Para Breaga diz D. Fr. Agostinho de Jesus: crescimento da cidade, com muitos pobres, doentes e peregrinos que a ela vinham. (Livro do Arquivo da Misericórdia de Braga, fl. 105; 1590-95).

¹⁷² Aurélio de Oliveira, *As Revoltas do Porto em 1591-92*. No prelo. Poder-se-ia incluir no mesmo ciclo a revolta dos mercadores de Viana contra os direitos novos do açúcar. M. Moreira Fernandes *Os Mercadores de Viana*. cit. 193.

¹⁷³ Infelizmente não dispomos para estas terras «atlânticas» de dados similares aos apurados por João Nunes de Oliveira para o interior das Beiras. Na modelação apontada pelo autor- com a qual concordamos – o período que de 1575 vai até aos inícios do Séc. XVII define-se como um de extrema dureza. A partir destes dados, com alguma segurança, se pode estabelecer uma cesura nesse troço, diferenciando dois momentos com movimentos distintos ainda que do mesmo sentido, separados por um

de 1593 não está já isento de dificuldades. O Porto tem novamente de requisitar cereais às Terras das Beiras e de Trás-os-Montes¹⁷⁴.

Abre-se, com efeito, um período particularmente grave a partir de 1595. Foi este ano climaticamente adverso ocasionando fomes e carestias durante o ano seguinte de 1596 de que se queixam várias terras do Sul ao Norte do País. «Neste anno desde meado setembro de 1595 ate 4 de junho de 1596 choueo contino sem en todo este tempo auer 4 dias sem couer e chegou a tal que en castela se alagou seuilha de manr.^a que se afogaraõ passante de 400 pessoas e dous Mosteiros hum de frades outro de freiras sem se saluar ninguem e ca em lix.a cairam m.tas casas q fizerão muita perda matando gente q nelas moraua estando a cidade todo este tempo como de cerco por causa do tempo chegando a valer hua sardinha sinco rs e não auendo quê na achasse de feisam que foy hũ tempo taõ forte que os naçidos se não acordauaõ doutro tal»¹⁷⁵. (Mas as dificuldades não eram para todos. O Bailio de Leça – Luís Álvares de Távora. – presenteava o Monarca com vinho e pão que tinha nos seus celeiros e adegas...) ¹⁷⁶.

Perder-se-ão as colheitas e sementeiras desses anos como – pela continuação do mau tempo – também as de 1597. As intempéries passaram de um ano a outro: «estando entre tantas Calamidades E trabalhos de carestias e fomes e guerras...tendo todos suas suas nouidades sameadas por todas as partes de en espesial por essas lizirias foy a chuua tanta e tam continoa todos os meses dias e oras que quando ueyo a 15 de Ian.º da dita era em dia de santo Amaro ouue hũa chea a maoyor que se nunca u.toº tinha porque estaua demarcado hũa que auia annos que fora m.tº grande por espanto mas esta

período de relativa estabilidade entre 1582 e 1594-95. Na verdade, ele surge-nos normalmente fora das grandes dificuldades Nele se poderá ter operado alguma recuperação em relação ao período anterior (até 1582) demarcando a fase posterior a 1594-95, verdadeiramente difícil – a mais grave de toda a segunda metade do Século. Várias localidades assinalam efectivos demográficos por, 1580-82, inferiores ao censo de 1527. Essas perdas serão genéricas e mais acentuadas ainda sobre a soldadura do Século. Braga, como referimos, entre outras pode ser um exemplo. Para as Terras do Mosteiro de Grijó, a Sul do Porto e chegando às imediações de Aveiro, Vide Maria Inês Amorim *O Mosteiro de Grijó 1560-1720*. (cit. 236): As grandes dificuldades parecem localizar-se aqui no primeiro terço do Século XVII, «com uma notória quebra anterior entre 1570 e 1600».

¹⁷⁴ Estão presentes novamente dificuldades tendo que se buscar cereal aos locais habituais donde lhe vem mesmo fora dos tempos de crise – Trás-os-Montes e Beiras. (A. H. C. do Porto. Liv. de Registos. Nº 1. fl. 227v.).

¹⁷⁵ Pero Roiz Soares, cit. 315.

¹⁷⁶ A. H. C. do Porto. Liv. 3 das Provisões. fl. 247.

passou 14 palmos por alto da outra que hiaõ as barcas desembarcar nas escadas do paço dalmeri leuou quantos cazais plheiros çeleiros auia por todo esse Ribateyo asima deribando edefisios cassas quitas com seus Muros caindo em santarê e em lix.^a e em outras m.t^{as} partes do Reino muita quantidade de cassas sendo enfim hû estrago geral e asoute que a todos abrangeo naõ auendo ninguê que ficassa izento de perda quer na cassa quer na fazenda quer na uida quer no partispar da carestia E trabalhos que o tal tempo causou cousa admirauel e espantossa de uer e ouir as queixas de tantos e de tantas çidades uilas E lugares sendo os caminhos tais para todas as partes que não auia quê caminhasse por terra a caualo nê hûa legoa e os que a isso se auenturauaõ Coriaõ m.t^o Risco e en uila Viçosa foy também grande estrago e nos almazens e cassas do duque fes mais de uinte mil Cruzados de perda»¹⁷⁷. Carências e fomes que em algumas terras dariam logo origem a surtos malignos em 1595 como aconteceria em Guimarães¹⁷⁸.

A escassez dos grãos faz-se sentir em Lisboa pelo verão de 96, referindo-se também a «esterilidade geral que houuera no reino», seguindo-se logo de imediato a franquia aos cereais que viessem não só a Lisboa como aos «demais portos de mar deste Reyno de portu-gall»¹⁷⁹. A fome efectivamente «opprimia todo o paiz» nesses anos e, pela magreza das colheitas, estender-se-ia para o ano seguinte de 1598 cumulando-se, então, com doenças e com a peste.

Segue-se o cortejo habitual dos famintos e doentes abandonando as suas terras e procurando mitigar a fome e a miséria nos centros urbanos do país onde mais fácil era chegar o socorro do mar.

Por estes centros se verem, também, acossados agravam-se aí os problemas alimentares e de assistência: «uendo como pella grande falta de pão que geralmente em todo regno ha neste anno, e per causa della dessem a esta cidade de todas as partes do certão grandes comp.^{as} de homês, molheres e mininos, de q por uirem mantidos d heruas e outros mantimentos de tam fraca sustancia e ma calidade adoecião tantos, que ja não os podia curar o hospital»¹⁸⁰. Bandos de famintos do Entre Douro e Minho, de Tras os Montes e Beiras vagueiam novamente pelo país em busca de pão abando-

¹⁷⁷ Pero Roiz Soares, cit. 338-39.

¹⁷⁸ Abade Oliveira Guimarães, ob. cit. (Rev. de Guimarães. cit. N^os 3-4) 109.

¹⁷⁹ Eduardo Freire de Oliveira cit. II. 91-94. António Correia, *História Económica de Portugal*. Lisboa. 1929. II. 287-88.

¹⁸⁰ E. Freire de Oliveira, II. 95; 99; 100-103; 105.

nando suas terras e lavouras e, nos lugares onde chegavam, semeando o pânico com as doenças que se espalhavam: À «m.t.^a falta de pão «seguiu-se «hũa grande fome chegando o alqr. de trigo a 456 e o do mar a 320 auendo tanta falta nessa beira que a fome moria m.t.^a quantidade de gente tomando por ualha Couto uirense a esta cidade tanta Cantidade de Ratinhos que foram causa de com elles se engendrar m.t.^{as} doenças m.to graues Com mortes de m.tos»¹⁸¹. Novamente Coimbra se queixa da grande multidão de pobres que até ali descia ou por ali fazia trânsito, vindos das terras mais acossadas de Entre Douro e Minho e das Beiras¹⁸².

A fome com o seu cortejo de miséria continua com as más colheitas provocadas pelas secas desses anos: «e estando as nouidades semeadas chegado abril sem auer chouido nê chouer postos todos em extremas neçessidades fizerão preces e clamores. Alguma chuva viria apenas nos fins de Maio. Não a que bastasse para salvar o ano» Inda que Remediou algũa coussa Iuntam.te com trigo que de fora acodio dando «algum alento aos pobres que tanto padesiã de fomes e m.to pouco aos auaros que enceleirado tinhaõ seu trigo»¹⁸³. Mau tempo e frios que se continuaram pelo verão: «nesse mesmo dia (22 de Junho) com os mesmos Relampados e trouois choueio taõ grande quantidade de pedras e tam grandes desde benauente ate o cartaxo por toda aquela corda que en quantas pessoas dauão as feriaõ e algũas mataraõ sendo tanta a quantidade delas que todas as pesoas atolauaõ nelas até o giolho e en todo o tempo digo o pão que estaua para segar em que dauaõ o consumiaõ que nenhũ sinal ficou delle mais que terra .to lauada onde atolauaõ ate sinta foi aualiada a perda do trigo em mil e seis sentos moyos e en todas as oliueiras que deu decotou de manr.^a que não ficaraõ mais que os troncos delas e o mesmo nas uinhas»¹⁸⁴.

Calamidades semeadas por aqui e por ali e que chamariam a peste no decurso desse mesmo ano de 1599. Procura-se o auxílio e as esmolas do monarca dando conta «da muita gente pobre em lisboa sem remedio, e muitos meninos sem pais, e que ao desemparo e fome morrem muitos» e dando-se também conta do «cresm.t.^o e continuação em que vay o mal de lisboa»¹⁸⁵.

¹⁸¹ Pero Roiz, cit. 349.

¹⁸² António de Oliveira, cit. 270-271.

¹⁸³ Pero Roiz, cit. 350.

¹⁸⁴ Idem. 372-73.

¹⁸⁵ Eduardo Freire de Oliveira, cit. II. 120-21; 131.

Por todas as terras do Arcebispado, agora sob a Prelazia de D. Fr. Agostinho de Jesus (1588-1609), se retomam as medidas de exceção quanto à posse e circulação de grãos e quanto aos cercos a montar às doenças e maleitas contagiosas. Uns e outras não sem dificuldades e, às vezes, com os protestos das populações. Em alguns lados verificar-se-iam mesmo alguns levantamentos populares contra a requisição forçada dos grãos a cobrança de rendas e outros encargos. Assim acontece no coração do Minho e em terras habitualmente fartas – como eram as de Barcelos. Aqui, em domínios do senhorio de Bertandos, «alevantaram-se» os lavradores contra as requisições e abusos do Senhorio recusando as rendas que querem reter para alimentar as suas bocas. Da devassa que correu viriam a ser inculcados uns trinta lavradores foreiros¹⁸⁶. Idênticos fenómenos se observaram, também, nas terras de Guimarães onde forçadamente quis a Câmara (que nisto se portavam as Câmaras como outros quaisquer senhorios) fazer sequestro do cereal «visto que se arroga o direito de (para prover à população de intra-muros) poder fazer sequestro sobre o pam das rendas do anno de 1598»¹⁸⁷. As populações andam por isso alefantadas e o monarca tem de intervir tentando minorar a situação. Acaba por ordenar à Câmara o pagamento das requisições feitas do cereal ou empréstimos forçados providenciando para as sementeiras obrigatórias das terras afim de se obstar «a semelhantes apertos». Também para aqui concede perdões e moratórias nas coimas àqueles que pudessem trazer o pão e os mais géneros à cidade. Alvo de condenações e devassas que corriam, ordena o monarca que «da feitura desta e ate todo o mes de Setembro deste anno se não tirem devassas dos que passaram gados a troco de pao» e que, caso se tenham já tirado e condenado, «nestes casos não procedereis contra elles ainda que logo auisareis da minha parte aos juizes de fora».

Semelhantes providências se ordenam para outras terras onde as carências alimentares e as consequentes doenças que provocam são idênticas. Em carta para o Arcebispo se recomenda que se executem tais medidas «em todas as comarcas desse Arcebispado»¹⁸⁸.

¹⁸⁶ Bibl. Nac. de Lisboa, Cod. 11071. fol. n/n.

¹⁸⁷ Arquivo Alfredo Pimenta de Guimarães, *Miscelânea. Sécs. XVI-VII*. fol. n/n. (Cartas de 4. 4. 1598; 15. 5. 1598; 28. 5. 1599; 4. 10. 1599) Vide Aurélio de Oliveira, *Os motins da fome em Guimarães. Séc. XVI-XVIII*. Colóquio de Guimarães. 1997. Texto alargado a sair brevemente.

¹⁸⁸ Arq. Distr. de Braga, Gavetas das Cartas. *Carta de 18.4.1598*: consignando

Os problemas desta conjuntura difícil generalizavam-se a todo o Norte atingindo em algumas terras gravidade extreme. A peste andava sempre de mãos dadas com estas circunstâncias. Presente desde 1598¹⁸⁹, nas Terras de Guimarães viria a ser particularmente devastadora «foi tão grande que foi cousa de espanto.» Não ficou pessoa que pudesse que não saísse da vila. «Morria tanta gente que punha espanto... e quando regressaram havia erva pelas ruas que podia cegar a fouchinha»¹⁹⁰ alastrando sobretudo pelas terras do Termo mais voltadas ao interior¹⁹¹. A Pobreza e a miséria alastram por todo o lado das Terras de Aveiro e Porto a Braga e a Viana do Lima que com cereal do mar ajuda a mitigar as carências nas terras do interior¹⁹².

Fr. Marceliano da Ascensão extaindo memória dos cartórios da Abadia de Tibães dá conta da situação vivida nas terras deste Senhorio: O ano de «1598 deve elle ser sempre chorado em Portugal pois dezemvainhando Ds a espada da sua justiça castigopu todo o Reino con hũa horrivel peste de q morreo m.ta gente não so pela malignidade da epidemia mas pello m.to tempo qdurou, achei notícia que so se vio de todo extinta no mayo do anno de 1603... o medo com que se recebião as noticias fes cuidar em evitar o contagio, nodia assima dito (27 de Maio de 1598) chamou o R.mo Fr. Balthazar a Andre da Costa cap.am da gente do Couto e lhe ordenou como Donatario delle convocasse a Companhia e de tal a dispusesse q ficace o Couto guardado e nelle não entrasse gente de fora Como o mal cada dia tomava mais força tambem crecia o receo delle, estava a parte norte do Coutom.to bem defendida com a corrente caudaloza do Rio Cadavo e menos vigilancia necessitava porem as pontes que sobre si tem perto da villa de prado, era o lugar

dinheiros das sisas e do Cofre dos Órfãos e ainda esmolos que o Arcebispo com o Corregedor de Viana distribuiriam «em todas as comarcas desse Arcebispado». Em Outubro ordenam-se providências para que todos os que são detentores de cereal – Piores, Abades e Rendeiros o possam emprestar aos lavradores para poderem fazer suas sementeiras. (*Carta de 5 de Outubro de 1598*).

¹⁸⁹ Idem, Carta para o Arcebispo de 31 de Dezembro de 1598.

¹⁹⁰ Francisco Xavier de S. Craesbeck, *Memorias Ressuscitadas da Provincia de Entre Douro e Minho. Anno de 1726*. Ponte do Lima. 1992. 94-95. É o COD. 216 da Bibl. Nacional (e não da Torre do Tombo como se diz em alguma bibliografia local).

¹⁹¹ Abade Oliveira Guimarães, *Epidemias em Guimarães. cit. 110-113*.

¹⁹² Aurélio de Oliveira, *Os motins anti-luteranos de Viana do Lima em 1598*. Para os surtos pestíferos de Viana vide Manuel Fernandes Moreira, *O medo da peste em Viana no Séc. XVI*. Caminha. 1982. Para uma crónica dos do Porto: H. A. de Sousa Reis, *Apontamentos para a História da Cidade do Porto*. Porto. 1984. I. 324-347.

mais arriscado a passagem nella se fizerão portas p.a impedirem e a 31 de Mayo fez o R.mo nomear guarda mor da saúde desta ponte a Andre da Costa¹⁹³. O Senado de Braga faria o mesmo nas passagens do Cávado. Também o Porto seria gravemente atingido pelas fomes e pelas doenças malignas desta soldadura do Século¹⁹⁴.

Por todo o lado os males sobriariam ainda para 1600 prolongando-se em algumas terras até 1603 em que se veriam novamente assoladas com a peste¹⁹⁵. Outras terras do Norte se viram afectadas podendo referir-se, novamente, as terras de Braga e Guimarães que viram o mal ficar até 1603¹⁹⁶. O mesmo aconteceria pelas do Alto Minho, de Ponte do Lima a Paredes de Coura, Ruivães e outras localidades onde se continuava a morrer de peste pelo ano de 1603 (outrossim coincidente este ano com grandes inundações no Vale do Lima)¹⁹⁷. Os efeitos desta calamidade de 1599 a 1602 seria «devastadora em Coimbra»¹⁹⁸.

Pela sua repetição acumulada seriam esses anos da soldadura do século (vindos desde 1595) verdadeiramente catastróficos em termos alimentares e demográficos: «depois dos estragos destes anos passados (até 1604) em que por todo ele (Reino) se não viam se não mortos e miseráveis»¹⁹⁹.

Poderemos dizer que particularmente desde 1555-60 se sucederam e repetiram com inusitada frequência os maus anos agrícolas que, na maior parte dos casos levariam às doenças contagiosas e até

¹⁹³ Fr. Marceliano da Ascensão, cit. fol. 283. Por causa da jurisdição sobre esta ponte ocorreriam desavenças entre os dois Senhorios – Tibães e Braga – pois ambos alegavam posse e o conseqüente direito de aí colocar os seus oficiais de saúde. (Arq. Distr. de Braga, C. S. B. Tibães. Liv. de Sentenças. fl 1-10. n/n).

¹⁹⁴ Contrariando a opinião de alguns que a julgam livre das calamidades de 1598-1600 (Vide Ricardo Jorge. cit. 102).

¹⁹⁵ Eduardo Freire de Oliveira, II. 139.

¹⁹⁶ Manoel da Silva Thadim, cit. fol. 49v.

¹⁹⁷ Como também Ponte do Lima e Coura, Ruivães e outras terras por onde se morria de peste em 1603. Grandes inundações nas terras do Vale destruindo colheitas, gados e haveres. Teve que vir aí cereal de Viana. (Arq. Municipal de Ponte do Lima, Liv. de Vereações 1602-1603. fl. 29. n/n.) Anos difíceis em que a pobreza e a miséria se generaliza no seio destas populações rurais. Por 1600, segundo informação do Corregedor da Comarca de Viana, andam fugidos pelos montes mais de mil pessoas (imagine-se a repercussão em termos de fogos atingidos) por contrabandearem seus gados – «todos pobres e miseráveis que padeciam grandes mingos e não tinham com que se livrar». (António de Oliveira, cit. II. 252. nota).

¹⁹⁸ António de Oliveira. cit. I. 278.

¹⁹⁹ Manuel Severim de Faria, *Viagens*, ed. Joaquim Veríssimo Serrão. 23.

às pestes, com uma gravidade que não veremos repetir-se nos tempos posteriores, não obstante a gravidade de alguns surtos mas que cada vez mostram tendência para serem mais localizados e reduzidos.

A Província continuará sendo a mais povoada e a melhor aproveitada do ponto de vista agrícola. O dinamismo dos principais centros urbanos, sobretudo os costeiros, ajudariam a sustentar a derrocada. Mas é evidente um desgaste manifesto. Duarte Nunes do Leão escrevendo em cima destes acontecimentos e à vista deste quadro assinala «as muitas terras por romper e as que tendo sido lauradias (e aproveitadas) tornarão a ser matos»²⁰⁰. As quebras da produção cerealífera atingiram níveis como em nenhum dos tempos anteriores obrigando a importações muito para além do normal em tempos pontuais de crise.: «Portugal esta (agora – escreve-se na dobragem do Século) falto de trigo y ansi la prove de Francia y otras tieras»²⁰¹.

Os efeitos desta sequência de crises, como já referimos, teriam sido muito mais nocivos do que aquilo que por vezes se tem escrito particularmente sobre as populações rurais onde, pelo geral, reinava a pobreza económica e alimentar e onde as condições de alojamento e habitação eram, efectivamente, precaríssimas. Os anos frios, sobretudo, teriam tido efeitos particularmente nefastos neste quadro do Portugal Atlântico e Continental mesmo que fosse o mais povoado.

De uma e outra das situações nos dá igualmente conta João Botero pelos fins do Século: Muita mais gente nesta Província do que em qualquer outra de Portugal mas muito pobre, sobretudo depois de acossada por estes tempos bem difíceis «o entre el Duero y Miño, tiene innumerable gentio pero pobre» tendo sido inclusivamente muito mais povoada nos tempos anteriores: «mucho mas poblado que lo es agora»²⁰².

As condições de vida eram, efectivamente, adversas para a esmagadora maioria desta população. E Fr. Luís de Sousa em vários passos da *Vida* do Arcebispo o refere.

Em relação às habitações deixa o e eloquente e elucidativo testemunho de quem as conheceu bem de perto. Poderá ser também o retrato deste campesinato de Quinhentos: raríssimas eram as casas

²⁰⁰ Duarte Nunes de Leão, ob. cit. 148.

²⁰¹ Giovanni Botero, ob. cit. 22v.

²⁰² Idem. 24.

sobradadas e «todas as mais eram terreas e a pedra ensossa cobertas de colmo, que as coava o vento e o sereno da noite e nem da agua e céu eram bem defendidas»²⁰³. Pelo Vale do Douro e suas redondezas, a mesma realidade que vem dos tempos anteriores: «casas todas colmaças que no inverno muitas vezes as esmaga o pezo da neve»²⁰⁴.

Não é a super-população da Província que acelera os movimentos migratórios mas esta situação genérica de dificuldades e misérias. Buscam-se as terras do Sul mas também as do Além-mar. Entre as décadas de 1580 e 1610 são os desta Província os mais numerosos em Tânger (e a situação seria certamente genérica para outras praças)²⁰⁵. Em cima destas dificuldades (1597) veremos o monarca, em carta para o Porto, a incentivar a ida para as terras do Brasil oferecendo viagens «de graça» a quem o queira fazer²⁰⁶.

Creemos, porém, que os tempos das grandes dificuldades traduzidos em fomes e pestes generalizadas acabam ou tendem a acabar, entre nós, com estas que assinalaram os finais do Século XVI e princípios do Seiscentos. Não obstante a gravidade de surtos posteriores a tendência é, sem dúvida, para se circunscreverem e localizarem cada vez mais.

Não esgota a situação aqui traçada e marcada por estes circunstancialismos «naturais» a situação e estrangulamento do campesinato da segunda metade de Quinhentos. Haveria que juntar, certamente, o peso das imposições fiscais e da desigual distribuição das derramas, as exacções atribiliárias, as levas e requisições militares, a má (injusta) administração municipal, (de que há queixas manifestas, a má e viciada administração da justiça que o campesinato alimentava às suas costas: «não queirais que a justiça se mantenha do povo» bradava um camponês de meados do Século! Garcia de Resende passaria muitas dessas queixas mesmo a estribilho²⁰⁷.

Esses, entre outros, os verdadeiros factores negativos que deram à terra portuguesa e às suas gentes essa imagem de incapacidade

²⁰³ Fr. Luís de Sousa, I. 99.

²⁰⁴ Rui Fernandes, ob. cit. 573.

²⁰⁵ João Cosme, *Movimentos migratórios para Tânger*. «Homenagem a J. Veríssimo Serrão». Lisboa. 1955 (515-589).

²⁰⁶ A. H. C. do Porto. Liv. 2 dos Registros. fl. 44v. *Provisão régia enviada ao Porto em 1597*.

²⁰⁷ *Tratado notavel de hũa pratica que hũ lavrador teve*. Ed. Fac-similada. Bibl. Nacional. Lisboa. 1990. 67.

dade congénita de não produzir para seu auto-abastecimento, quando, na verdade, até teria condições para tal. Em muitos anos chegava o trigo a produzir duas espigas mas... mesmo assim «não temos aquella nouidade por mui çerta,» diz o mesmo desolado lavrador²⁰⁸.

Eis, em rápido traçado, o quadro global em que decorre a acção do Arcebispo: uma conjuntura social e económica, sobretudo nos campos, particularmente agravada nesta segunda metade do Século, o que terá contribuído também para tornar os últimos anos da sua Prelatura algo conturbados e difíceis, a par de alguns problemas de ordem política que tiveram, no quadro urbano e municipal, particular presença e significado²⁰⁹.

²⁰⁸ Idem. 64.

²⁰⁹ Remetemos para nota supra (173) em que estabelecemos uma modelação para esta segunda metade do Século. com dois momentos bem diferenciados: um de 1555-60 a 1582 e um outro desencadeado a partir de 1594-95 até aos primeiros anos do Séc. XVII. Para os tempos posteriores. vide Aurélio de Oliveira *Conjuntura agrícola no Entre Douro e Minho na primeira metade do Séc. XVII*. Braga 1984.

Das loas à administração municipal fez eco, judiciosamente, Garcia de Resende:

«Hão so official
que ha emhua cidade
destrue a cõmunidade;
vede bem se faram mal
muitos desta qualidade
Deos e el Rey nõ sã seruidos,
hos poucos sam destruydos
ha policia damnada,
ha republica roubada
e os pobres oprimidos»

(Garcia de Resende, *Crónica de dom João II. e Miscelânea*. Impr. Nac. Casa da Moeda Lisboa. 1973. 367).

«arrengo da cidade regida pelos tiranos» se diz, por sua vez, na *Cancioneiro Geral*. (Edição 1973. II. 40)

APÊNDICE DOCUMENTAL

I

R.^{do} em xp.^o padre arçebpo primas amigo, Eu El Rey Vos enuio muito / saudar, como aquelle de cujo Vertuoso acreçentamento muito me prazeria, por / ter sabido a grande esterilidade E falta de pão que o ano passado ouue nessas / comarcas dantredouro E minho E nas de tras os montes E parte das da beyra / E o trabalho e neçessidade que por Isso padeçem os moradores E possoas pobres / das ditas comarcas, E condoendome disso tanto como he desam E desejando de / lhes dar neste trabalho todo Remedio que fose posiuel, tenho mandado a castela / hua p^a de confiança a fazer contratos com mercadores pera que tragão a vender / a estas comarcas quatro mil moyos de pão, parte delle até quinze de março E / outra parte até fim do dito mes, E pera que os mercadores folguem mais de o / fazer E oVendão a preços mais moderados lhe mando dar por Isso de minha / fazenda, oyto mil crusados E esta p^a leua ordem pera se pedir saca desta quantidade de pão a el Rey meu tio sendo neçesario E alem disto tenho també / ordenado de mandar loguo outra p^a com dose mil cruzados em dr.^o de que faço / esmola aos pobres mais necesitados destas comarcas, os quais se hão dentregar / aVos E aos mais prellados dellas pera por vossa E sua ordem se Ripartisem polos / Ditos pobres, E esta p^a partira com este dr.^o dentro de dez dias, E antes disso / vollo quis escreuer pera que sinifiqueis ao pouo E pobres quanto desejo de lhes / acodir E dar Remedio em seu trabalho E se animem E consolem com Isso em alguma / maneira, gaspar de seixas a fez em almeirim a XIIIj de janr.^o De 1575.

Jorge da Costa a fiz escreuir.

Pera o arçebpo de braga

Endereço: Por EL Rey

Ao Renerendo em Cristo, Dom frey bertolameu dos mtires arçebpo e Sôr de braga, primas da espanha do seu conselho.

(A. D. Braga. *Índice das Gavetas das Cartas*. N^o LXXV)

II

R.^{do} em Christo Padre Arcebpo Primas Amigo.

Eu El Rey uos enuio muito / saudar Como aquelle de cuio Virtuoso acrecentamento muito me prazeria / por quanto Eu entro hora nesses Reinos de portugal pera assentar as cousas / da Coroa delles Como Conuem ao seruiço de Deus e meu / paz e assosiego publico: E sou informado que o mal de peste de que nosso Snõr nos goarde / se renoua em lisboa e em outros lugares: Como quer qdo na mão dos homẽs / nam he obrar o bem nem declinar o mal sem auida Dinina, me pareceo / cousa decente auisar os preados, E os proninciais das Religiões, para que cada hum em sua prelasia ordene sacrificios e preces com procissões em / todos os lugares della, encomendendo a seus subditos que todos com grande / instancia peção ao Snõr de que procedem todos os bees sua ajuda e fauor / diuino para que as cousas destes Reynos se assentem e cuidem como cupre / a seu seruiço e meu, paz e quietação de meus subditos e vasalos delles / E de toda a Republica Christãa, E que a my me de graça para que / os acerte a gouernar como desejo / E que como Deus de Consolação e / pay de misericordias que he, seia seruido de aleuantar a mão Nosso / Castigo cessando a peste Conque a dita cidade de lisboa e outros pouos / sam afligidos deso tempo que sabeis. E por estas cousas serem da / qualidade e importancia que vedes uos encomendo muito e rogo que / assi o ordeneis e façais effectuar em todos os lugares de Vosso Arcebispado com toda a diligencia e Cuidado Como confio de uossa Virtude escrita em Badaioz a 2 de dezº de 580.

Por mandado de Sua Mag.^{de}

Nuno alz p.^{ra}

(A. D. Braga *Índice das Gavetas das Cartas*, LXXXIX)

III

R.^{do} em Chisto padre Arcebispo primas amigo Eu El Rey uos / enuio m.^{to} saudar como aquelle de cujo virtuoso acrecentamento m.^{to} / me prazeria. Posto q tenho por certo de uos q acudis às nescçidades / q de presente ha nesse Arçebispado, tam geraes em todo o R.^{no} como / cousa de tanta vossa obrigação me pareceo q alem de uolo agrade / çer uos deuia encomendar q ou continuais na forma em q vedes / q conuem e que para o bom effeito do q se pretende auiseis de q / uos parecer neçess.^o os meus g.^{res} que tem ordem minha para nesta / çidade se mercar trigo e senteo nos milhores preços q for possi / uel e se nauegar e mandar por terra com a melhor Comodida / de que puder ser para se Repartir pellos pouos com vossa Interuen / ção E parecer conforme a Informação q ouuer da nesçidade de serem socorridos e sendo neçess.^o empregarsse em tam algum / dinheiro dos cofres dos orfãos q seja contia q boamente delles se / possa tirar ficandolhes o nescç.^o a certeza de q seruira somente / por emprestimo para socorro destes meses de nescidade para q / passada ella se torne com effecto a elles do q se fizer por venda do / dito pam assy se ordenara q se faça e tambem se cosuprara com / dinhr.^o de quaes quer crecimentos, q ouner nas correntes das si / zas e tornarsea aos mesmos lugares donde for e se os morado / res delles forem contentes q degua parte dos ditos crecim.^{tos} se Re / parta por esmola assy o auerey por bem, e dos em q ouuer

E da / cantidade delles se vos auisará, e tambem dos poucos em que / ouner depositos podera vir o dinhr.^o q estiuer nelles, e gastarsse // e trigo, e o q ouner nos celeiros de depositos se venderá pellas / ordens q se deram, e o dinhr.^o q delles eu cobrar se podera tambem mandar empregar outra vez em trigo, e eu farey smolas de / certa cantidade delle, e de çenteo em cada hua das Comarcas / desse Arcebispado para se Repartir por vossa ordem pellos pobres / delle e em todas estas cousas falara conuoso o Cor.^{or} da Comarca / de Viana E despois me auisareis do q em toda esta materia vos pa / recer, E nella fizerdes E elle leua ordem para se vender o pam que / ouner assy nos celeiros dos Rendr.^{os} como de quaesquer outras pes / soas pello stado da terra e pella man.^{ra} que milhor for para os / pobres, e poucos escrita em lisboa a 18 de Abril de 1598.

Principe

(A. D. Braga *Índice das Gavetas das Cartas*, CI.

IV

R.^{do} em Christo Padre Arcebispo, Primas amigo Eu El Rey uos enuio muito / saudar Como aquelle de cujo Virtuoso acrescentam.^{to} muito me prazeria, Per Cartas / dos meus governadores destes Rn.^{os} tenho entendido quam grand e he a falta das / nouidades q geralmente ha nelles de q recebo o sentimento q he rezão, E desejo / muito q ella se possa remediar, E p.^a isso tenho ordenado q se fação todas as / preuencões neçes.^{as}, E porq não possa hauer a mesma falta de pão o ano q embora / virou, vos encomendo muito q ordeneis, E obrigueis aos priores, E Abbades q não / tiuerem arrendadas suas rendas q emprestem aos lauradores toda a quantidade / de semente que puder ser p.^a semear em as terras, a qual se lhe pagara Como / se recolherem as nouidades q o dito ano q vem q tambem fica em beneficio das / suas Igr.^{as} e rendas, E p.^a isso farão os ditos Laurantes as obrigações necess.^{as} / E procedersea nisto Conforme a prouisão q mandei passar p.^a os Comendad.^{res} / E rendeiros, E quaesqr outras pessoas q tiuessem rendas de pão fazerem o mesmo / empréstimo e a ordem nella declarada, deueis seguir, por ser em euidente proueito do pouo E das rendas das mesmas Igr.^{ras} e de Vos Confio, E tenho por certo q assi / o fareis, E q acudirei as necessidades dessa prelazia o milhor q vos for possiuel / e de tudo o q neste fizerdes, E se Vos offreçer me hauerey por seruido q me auiseis / Escrita ã Madrid a 5 de Oct.^{ro} 1598.

Rey

(A. D. Braga *Índice das Gavetas das Cartas*, CCCIII

V

Carta regia de 6 de março de 1572¹

Recommenda el-rei que, podendo ser, a camara conceda a licença que o arcebispo de Braga solicitara, para Antonio Falleiro comprar cem moios de pão em Lisboa e remetel-os para aquella cidade, onde a fome fazia muitas victimas.

Carta regia de 4 de abril de 1575²

Louvando a camara na parte que esta tomara «no remedio e gasalhado dos pobres que vierão a essa çidade, da beira, antredouro e minho, e tralos montes: e tudo me pareceo muy bem feito e de muito seruiço de nosso s^{or}.»

Carta regia do 21 de setembro do 1575³

Recommendando que a camara deixasse sair cem moios de trigo para a villa de Caminha, que estava muito necessitada, pois «a çidade, como cabeça, deue dacudyr, espeçialmente neste tempo e que tem abastança de pão.»

(Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, 1887. T.T. 593-594)

Alvará regia (real cedula) de 15 de julho de 1596⁴

Tendo em «consideracion a la falta de pan que ay en la ciudad e Lisboa, del dicho nuestro reyno de Portugal, y a la necesidad que por esta causa padeçen, assi los vezinos della, como la gente de guerra que alli reside, y para las armadas que en la dicha ciudad se apreslan», ha el-rei por bem conceder licença para que todas y qualesquier personas, q quisieren llevar a vender trigo ó ceuada de Estremadura (hespanhola) a la dicha ciudad de Lisboa, lo puedan haser por qualquier de los dichos puertos y passos de Badajoz, y del lugar de Yaluerde y Alburquerque, y por el rio de Tajo, embarcandolo en la dicha villa de Alcantara dentro de çinquenta dias, contados desde el dia que en cada uno dellos se pregouare esta nuestra cedula... pagando los derechos que se deue-

¹ Liv.º II do Provimento do pão, fs. 209.

² Liv.º I de cons. e dec. d'el-rei D. Sebastião, fs. 130.

³ Liv.º II do Provimento do pão, fs. 211.

⁴ Liv.º III do Provimento do pão, fs. 11.

Por alvara (*real cedula*) de 27 do julho de 1596, expedido tambem de Toledo, S. Mag.^{dc}, que dera «liçença para que todns las personas que quisiesen llenar de estremadura a Lisboa trigo y çeuada, lo pudiesen haser por termino de 50 dias.» mandou que «la dicha saca salga libre de derechos, a las personas q mostraren testimonio de hauer lo lleuade a la dicha ciudad, y que se les bueluan los que pagaren a la yda.» *Liv.º III do Provimento do pão fs. 16.*

Esta concessão foi, pela *real cedela* de 25 de setembro de 1596, prorogada por 50 dias. – *Dito liv.º fs. 20.*

rem y pertençieren al recandador de la renta desses dichos puertos, conforme al recu-
timiento que della liene, sin les poner en ello embargo, etc – Escrita em Toledo, etc.,

Carta regia de 23 de setembro de 1596⁵

Penalisado por a esterelidade geral que houvera no reino, e pela falta de pão que affligia Lisboa; e tendo mandado dar *todos os favores e sacas* que de Castella fóra possível⁷; concede lambem el-rei o salvo conducto que a camara lhe pedira para os navios, «na forma q entenderéis dos gouernadores, aos quaes acudireis a pedir o maes q neçess^o for. E tende por certo q, em tudo o que puder ser e houuer lugar, folgarey muito de vos fazer merçe e fauor, como he rezão.»

A publicação do salvo-conducto foi feita nos seguintes termos: – por

Mandado do presidente da camara de 26 de setembro de 1696⁶

Manda elRey nosso snñr q todos os nauios, q quiserem vir das çidades maritimas de allmanha e frança a esta çidade de lix^a. e aos portos de mar deste Reyno de portugual, com mercadorias liçitas e permittidas com tall, q tragão ao menos a metade da cargua, de seu porte, de trigo, o possão fazer liuremente, e os asegura q não serão detidos nem embarguados, ne se lhe fara molestia ne avexação nenhuma nos mares e portos destes seus Reynos, antes todo bom acolhimento e tratamento: e manda a todos seus capitais gerais e particuiars, e a ontros quais quer acapitais de gualés e nauios, gouernadores e assistentes, corregedores e ministros, asy de guerra como de justiça, q não somente não embargue ne detenhão nenhuu nauio, dos q das ditas çidades maritimas de allmanha e frança vierem ao dito Reyno com trigo ou outras mercadorias permittidas, com q. pello menos, tragão a metade da cargua, de seu porte, de trigo, antes lhe farão todo bnom tratamento, por q assy conue a seu seruiço, e hé vontade do dito snñr. E que nenhuã pessoa faça o contr^o, sob pena de ecorrer e sua desgraça, como mais larguamete se contem na prouisão do dito sñr, q está na camara desta çidade, de q se dará o treslado antentico a todas as pessoas que o quiserem. E lix^a, aos vinte e seis de setr^o de mil e quinhentos noventa e seis. A^o de torres de mag^{es} fes screuer. – O Presidente.»

Carta do cardeal Alberto de 20 de janeiro de 1597⁷

Agradecendo os cumprimentos que a camara lhe dirigira, e inteirado da fome que opprimia todo o paiz, do que teve «*el sentimiento q es razon*», mas não podendo vir a

⁵ Liv^o III. do Provimto do pão, fs. 20.

A Câmara ao que parece, foi reconhecida a tantos favores, agradecendo-os a el-rei, segundo se pode deprender da seguinte carta regia. escripta de Madrid, em 28 d'abril de 1597:

«Presidente, etc. – Recebí a vossa carta, e por certo tenho de vos o que me dizeis do conhecimento, que tendes, da merçe q vos fiz nas sacas de pão que vos conceði; e nisto, e em tudo o q houuer lugar, folgarey sempre de vos fazer toda merçe e fauor E no q lembraes sobre yrem os mantimetos necess^{os}, com a gente de socorro que deste Reino entrar nesse, se fara todo o que poder ser, conforme ao estado da terra p^a que essa fique mais aliuiada. – Liv^o do Provimto do pão, fs. 25.

⁶ Liv^o III do Provimto do pão, fs. 21.

⁷ Liv^o III do Provimto do pão, fs. 23.

Lisboa, como, segundo parece, a camara desejava, declara ter «*hecho algunas diligencias*», para que por via d'Alemanha «*acudan a esse Reyno; y me dizen hauer partido ya para el muchos nauios, q espero hauran llegado á saluamiento.*»

Capitulo da carta regia de 3 de novembro de 1597⁸

Participa el-rei que entre as providencias que tomara, para occorrer á falta de pão que se sentia em Lisboa e em todo o paiz¹¹, expedira as convenientes cedulas (alvarás), afim de que do reino d'Aragão se trouxessem á mesma cidade sessenta mil fangas de trigo. «E encomendouos q o comuniqueis a Dom Gilleanes da Costa, entregandolhe as ditas copias, p^a q elle dé conta disso na Cam^{ra} dessa Cid^e, e saibam esta merçe q lhe fiz.»

(Os contractadores tinham-se obrigado, por escriptura publica, a trazer as sessenta mil fangas de trigo a Lisboa até ao mez de março do anno seguinte.)

Carta da camara de 18 de abril de 1598⁹

«Os G^{dores} deste regno nos fizerão saber, como V M^{de} auia por «bem de condeser ao presidente desta cam^{ra} o preuilegeo, que tem os outros presidentes, pera se lhe falar por senhoria dentro em seu tribunal, petições e papeis que nelle se lhe apresetarem, na forma contheuda na carta que sobre isso V M^{de} Ilhe escreueo; pello q esta cidade beja a V M^{de} a mão e o recebe em mui asignalada merce. E posto que da grandeza de V M^{de} nunca ficou menor, protesta de nouo seruila com todas suas forças e natural defenção, que, comprindo com a obrigação do agradecim^{to}, mereça de nouo outras maiores. E assi, em conformidade disto, «uendo como pella grande falta de pão que geralmente em todo o regno ha neste anno, e per causa della (descem) a esta cidade de todas as partes do certão delle grandes comp^{as} de homesm mulheres e mininos, de q uirem mantidos d'heruas e outros mantimentos de tam fraca sustancia e ma qualidade adoecião tantos, que já os não podia curar o hospital real de todos os sanctos de V M^{de}, como lhe da parte do prouedor e irmaões da msã foi significado, ordena outro em que estes, que assi la não recolherem, se curem e tenham remedio suas uidas. E porque isto não podia ser das rendas da cidade, por serem tam poucas, que he pera o ordinario de suas obrigações comumente basta, assentou de sua propria uontade que, por tempo de tres moses, se possese impocissão hu real por arratel na carne e dons por cada manada no u^o, como se fez pera a desp^a d'agoa que se trouxe ao recio, cousa tam encontrada e mal recebida, sempre do pouo; portanto: P. a V M^{de} assi lho conceda e aja por seu

Em 14 de setembro do mesmo anno tornou a camara a escrever ao cardeal Alberto, expondo-lhe o aperto em que se achava o paiz por falta de pão; ao que o referido cardeal respondeu, em 13 de fevereiro de 1598. – *Liv. III do Prouimento do pão*, fs. 27 – participando haver «tenido quenta em procurarle el tremedio, con las diligencias que se han usado con los de Osterland y villas maritimas de Alemana, para q acudan con sus vajeles, como entendera por lo q escriuo a los gobernadores de ese Reuno».

Como se vê, Portugal continuava a lutar com a falta de pão, o que não deve admirar, visto como a agricultura cerealífera era completamente descurada, e esquecidas, *havia muito*, as medidas protectoras com que D. Dinis e alguns dos seus sucessores pretenderam favorecer essa fonte de riqueza pública.

⁸ Liv^o III do Prouimento do pão, fs. 26.

⁹ Liv^o IV do Registo das Provisões de Reis, fs. 91.

seru^o, com tal declaração que, se dentro nos dittos tres meses a ocasião das dittas doenças cessar, em modo que o hospital real possa verissimil^{te} suprir a toda esta falta, fique na mão da ditto cidade exemirse desta carga, por ser pera ella sempre mui pesada, e agora m^{to} mais com a falta de tudo, e outras occasiões de trabalho que o tempo trouxe. E porq na breuidade disto está a maior parte da perfeição da obra, toma logo tres mil cruzados d'algum dinheiro que ainda tem, de que se fabrica a ditto agoa do recio pera s'ir ordenando o ditto hospital, em quanto V M^{de} lhe responde, de que tem dado conta aos g^{dores} pera que o escreuesse a V M^{de}, e por entanto em seu nome lhe passassem disso portaria, como tem feito; os quaes tres mil cruzados se tornarão despois ao ditto deposito do q se colher da ditto impossição E porque tudo isto não bastará pera a gente que uem, e ao diante hade uir, antes este bom acolhimento sera por uent^{ra} parte pera uirem mais, e se teme que se possão despouoar muitos lugares do regno: P. esta cidade com toda a humildade a V M^{de} mande a custa de sua real faz^{da}, na millhor forma que parecer, algum pão ao certão das prouincias delle, quando o ouuer e uier de fora, porque de presente ha tão pouco nella, que, se deos não acodir com sua msã, não tem com que se sustente hum mes, e por isso não acode já a nhu lugar, como até aqui tem feito.

Virá tambem a copia da gente de fora, que se aqui uai ajuntando, outro m^{to} grande mal que, como he m^{to} pobre e mal mantida, em manadas anda por esta cidade, pedindo esmola, entrando em todas as casas della, se teme e quasi o temos experimentado que causara contagião, e assi o assentarão todos os medicos mais doctos e experimentados desta cidade, que ella esles dias mandou ajuntar, pera o q he mui conueniente e assi o comunicou aos g^{dores}, que estes pobres, que de presente ha e ao diante uierem pois não he rasão que os deitem fora por a geral necessidade do regno se aggalhem e espalhem por algus lugares commodos pella orde que se fez o anno de LXXV, ou como a V M^{de} parecer, porque não peção pellas casas; e porque isto não he possinel que seja sem grandes despesas, inda que a tão sancta obra m^{tas} p^{as} assi ecclesiasticas como seculares hão d'acodir, lodauia conue que V M^{de} de sua faz^{da} mande que se supra ao q a esmola dos fieis nao abranger, pera o que o Arc^o Dom Migel de Castro hu dos gouernad^{res} deste regno, tem já offerecido mil cruzados em cada mes que este castigo de ds durar. V M^{de} mande com sua piedade Chrã considerar todas estas cousas, e acodir a ellas com a msa, que costuma, como Rei e natural snõr nosso, que he pera que a do Ceo nos acuda tambem a nos, com dar a V M^{de} aquella uida e acrescentamento d'estado per tantos e tam felizes annos, como a Christandade ha mister Deos guarde a Chatolica pessoa de V M^{de}, de lisboa, 18 d'abril de 1598.»

Carta dos governadores do reino a el-rei – 18 d'abril de 1598¹⁰

«Depois de termos escrito a V M^{de} outra carta, q uai neste desp^o, sobre as neçesidades geraes q ha neste Rn^o, veo Dom gilianes da Costa a nós, e nos disse q a cidade escreuia a V M^{de} sobre huã impossição, q lhe pareço q se deuia por, para cõ ella se

¹⁰ Liv.^o I del-rei D. Filipe I, fs. 253.

Esta carta veio à Câmara transmitida por cópia assinada pelo secretário do Governo.

A proposta da Câmara, como fica dito, era para se lançar um adicional por tempo de três meses, de um real por arratel no imposto da carne, e dois por camada no do vinho.

O povo não aceitou muito bem a lembrança, porque, emfim, era ele que tinha de pagar o imposto; mas os governadorer do reino acharam-na excelente, e digna do agradecimento real, talvez mesmo por ser contrária à opinião do povo: e D. Filipe aprovou-a, como se vê dos documentos adiante transcritos.

acudir ao remedio dos pobres, de q ja nos tinha dado conta, e se fazer hu hospital, em q se recolhessem os q disso tiuessem neçsidade, e sobre V M^{de} mandar por conta de sua faz^a prouer de mantim^{tos} os lug^{res} do certão; e os pobres q aqui ouer se repartirem por lug^{res} separados, e por pessoas q por seru^{co} de Ds queirão mandar acudirlhes e ter conta com elles. E sendo a imposiçssão consa em q a cidade de ordin^{to} uem cõ tanta dificuldade, como se sabe pollas considerações q nisso tem, nos parece q he esta sua petição, em q a cam^{ra} não admitio as razoes do pouo e dos vinte e quatro, p^a V M^{de} Iha mandar agardeçer muito, e ordenar juntamete q fique nella a eleição de a poder suspender quando lhe parecer, porq de crer he q, pois a pedio, o não fara senão q^{do} lhe parecer que de todo esta acabada a causa por q a procurou; e q tambem sam dignas de agardecim^{to} as mais lembranças q ella faz a V M^{de}, e sobre q dlhe escreue. – Christouão Soares.»

Carta régia de 4 de Maio de 1598¹¹

«Presidente amigo, etc. – Recebi a vossa carta sobre a merçe que fiz a essa cidade, do preuilegio q conçedi ao presidente della, e sobre a imposição q quereis por p^a remedio dos pobres, e tudo o q sobre ambas estas cousas me dizeis, vos agradeço muito, e folguei de os fazer a dita merçe, por hauer que todas as q fizer a essa cidade mereçera ella sempre em meu seruiço; e o cuidado, q tiuestes, de acudir aos pobres com a dita imposição foi de muito ser^o de Deus e meu, e hey por bem de vos dar a licença, que pedis, p^a por a dita imposição na forma q entendereis dos governadores¹².

¹¹ Liv.^o I do Provimto, fs. 57.

¹² Na mesma data baixou à Câmara o seguinte *capítulo de carta régia*:

«Por carta de S. M^{de} de 4 de Maio de 1598.

A imposição que o presidente e vereadores da Câmara dessa cidade querem por para socorro dos pobres, na forma da que se pos para as fontes de agia, que se trouxe ao Roçio, hei por bem que se ponha, e que se proceda nisso na forma que dizeis ha hua carta, que sobrisso me escreuco a cidade.

– Irá reposta com esta. – Christouão Soares.» – *Liv.^o I do Provimto d'agua*, fs. 56.

A este respeito ordenaram os governadores do reino o seguinte, pela *portaria de 14* de maio de 1598:

«ElRei, nosso s^{or}, há por bem q a cam^{ra}, desta cidade possa tomar emprestados dous mil e quinhentos cruzados do deposito do dr^o de agoa, p^a começar o hospital, q se hade fazer nesta ocasião e necessidade, para recolhim^{to} dos pobres doentes, e se aliuiar com isso o de todos os santos, atte se tirarem da imposição do real, que p^a isso se poem na carne e vinho, de q se satisfarao dito deposito, ou per outra via. Em lisboa, a 16 de maio de 1598. – Christouão Soares». – *Liv. I do Provimto d'agua*, fs. 59.

Em 9 de novembro expediram mais a seguinte portaria:

«ElRei, nosso s^{or}, há por bem que a imposição, q nesta cidade se pos na carne e uinho, para cura dos pobres doentes do ospital, que per sua ordem se fez nella o verão passado, se torne a por per seis mezes, pella dita man^{ra}, para co isso se acudir ao remedio das doenças presetes, que nella há: os quaes seis mezes se começarão da data desta portaria e diäte, e se acabarão a noue de maio do ano q ue. Em lisboa, etc. – Christouão Soares». – *Dito liv.^o*, fs. 60.

Esta portaria está em contradicção com o *seguinte capítulo da carta régia da mesma data*:

«Por carta de S. Magestade de 9 de novembro de 1598.

A cupucisão de carne e uinho que se pos nesa cidade, por tenpo de tres mezes, pera o espirital que por conta della se pos no uerão pasado, hei por ben que se torne a por por hum mes mais, pera con o rendimento, que nelle ouer. se pagar o que se deue da despeza feita no dito espirital. E na me parece que conuem prorogala por mais tempo pera a despeza da cassa da saude, por q se ho mal não cesar, o

Capítulo da carta régia de 12 de Janeiro de 1599¹³

«A resolução que tomastes de vos passar para Alcouchete, me pareceo bem, pelas resoís que apontaes; e assy creio o tereis ja feito, e que deixareis as cousas da cidade de lisboa en toda «a boa ordem conueniente; e a dom Gilianes da costa agradecereis de minha parte a facilidade e bom modo com que aceitou ficar nella seruindome, e lhe direis que eu terei deste seruiço, e dos maes que me tem feito e faz, a lembrança deuida para, em tudo o que ouuer lugar, folguar de lhe fazer Merçe e fauor. E o dinheiro que elle pedir, ordenareis que se lhe dé de minha fazenda o que puder ser, conforme as necessidades que ella tiuer, e que se tome o mais por emprestimo, lançado aos mercadores, como ja vos escreui, a que não tiue reposta vossa. E por que sou ynformado que ha muita gente pobre em lisboa sem remedio, e muitos meninos sem pais, e que ao desemparo e fome morrem muitos, encomendouos que ordeneis a Dom Gilianes que faça recolher toda esta gente em huã rua ou bairro donde não possa sair, e que ali os faça prouer dos mantimentos necessarios a custa de minha fazenda, quando para isso não bastarem as esmolos e dinheiro do dito emprestimo, e isso ainda que se tire de outras cousas a que se faça falta, porque nenhua ey por de maior ne mais precisa obriguação; e estando os pobres recolhidos e mantidos he de esperar que, com a ajuda de deos, se acabara o mal mais depresa. E também se me deu por informação que seria muito conueniente embarcar toda esta gente para o brazil, e leualos a pouoar a terra que antre a parahiba e o rio grande, que se ora conquistou, ou a outra parte que lhe melhor parecer; e que embarcandoos linpos com hu vestido nouo a cada pessoa, e com mantimentos, e desembarcandoos em luguares apartados, sem os deixar comonicar com a gente da terra, sem ate estarem desempidos, não se pode temer que se fação dano nella, e serão de proueito depois para a pouoar e cultuiar, e lisboa ficará desaliuiada desta cargua. E, pella ymportancia de que isto he, encomendo que o trateis, tomando as ynformaçois necessarias; e que se entenderdes que sera conueniente fazerse assy, ordeneis que se dee loguo a execução, dandose os mantim^{tos} para a viagem e embarcação e vestidos a custa de minha fazenda; e do que entudo se fizer, e vos parecer, me avisareis. – Christouão Soares».

Capítulo da carta régia de 25 de Janeiro de 1599¹⁴

«O cresim^{to} e continuação em que vay mal de lisboa sinto muito; e quererá nosso s^{or}, por su misericordia, por os olhos nella, e liurala delle. E o dinheiro necessario pera

que ds não premita, ficarão paguando esta enpucisão os pobres que ficão na cidade, pois os ricos se ão de sair della. – Christouão Soares». – Liv.^o IV de registio de Provisões de reis, fs. 21 v.

Replicou-se, como consta da nota à margem deste documento, e por isso baixou o seguinte *capítulo da carta régia de 30 de novembro do mesmo anno*:

«Ha emposição, que a çidade pede que se ponha, p^a a cura dos doemtes pobres, me parece todavia que senão deve agora por, porque, como já vos escreui, a ficarão paguando os pobres, saimdose os ricos; e, estando elles fora, sera o rendimento della de pouca consideração. E pois das remdas da çidade senão pode fazer esta despesa, e minha faz^{da} não esta e estado p^a a custa dela se fazer, ey por bem que, depois de paçar o dito mal, se ponha a dita eposição, por tempo de seis meses, o que, com o proçedido della, se pague o que se tiuer dispemdidado nesta ocasião; e p^{ta} emtretanto aver dr^o me parece q se deue de pedir o neserario por eprestimo aos mercadores, fim.

¹³ Liv.^o V de registio de Provisões de reis, fs. 20.

¹⁴ Liv.^o V de registio de Provisões de reis, fs. 22 v.

as despezas que se nella fazem, ey por be que se dé de minha fazenda, pois o no ha de outra parte; e tereis nisso a conta que pede a estreitesa em que ella agora esta, mas de modo que não se falte com o necessario. E por que en hua das relações, que me enuiastes, se trata da l^{ra} que pedia a cidade para vender de suas rendas tresentos mil rs de juro, a retro, me pareceo que esta prouisão deuia yr loguo feita¹⁸. Ordenareis que senão use dela, senão quando não for possiuel acudirsse a tudo de minha fazenda, ne com emprestimos e lançamentos, que se podem fazer por mercadores. E tambem yra com esta outra prouisão que pede dom Gilianes da costa, pera em nenhu luguar desse reyno se poder impedir o paço dos mantimentos para a dita cidade, antes os mandarem das terras em que os ouuer; e esta prouisão fareis loguo publicar. E por que sou ynformado que depois de vos sair della lhe não acodirão mantimentos, e ha grande falta deles, principalmente de carn^o, e gualinhas, e ovos, e outras cousas neçessarias para os enfermos, encomendouos que enuieis logo commissarios com prouisoos, passadas pello dezembargo do paço, para fazerem prouer a cidade; e em particular yrão ao termo della, donde se queixa dom Gilianes que lhe não acode cousa algua; e encomendouos muito que tenhaes particular conta com este prouimento de lx^a, sabendo o que se nelle faz, e se os commissarios fazem bem seu off^o, e he este o ponto mais principal de que continuamente deueis tratar. – Christouão Soares».

Portaria dos governadores do reino de 19 de Maio de 1600¹⁵

Que se lance mais um real de imposto em arratel de carne, e dois reaes em canada de vinho, paa occorrer ás despezas, «que se fazem com os doentes pobres do mal da peste, de que deos nos liure, ... e que isto se faça por esta portaria, somente pelo tempo que esta necessidade o pedir.»

Alvará régio de 7 de Julho de 1600¹⁶

«Auendo respecto ao guasto e grandes despezas, que esta cidade de lisboa fez no tempo do mal passado, assi na casa da saude della, como en cousas necessarias naquella occasião; e a receber emprestados de mercadores da dita cidade, para os ditos gustos, trinta mil cruzados, e da renda das terças (de que eu não posso dispor por não ser fazenda minha), sinco mil cruzados, os quaes todos esta devendo»; ha por bem elrei, conformando-se com o parecer da camara, que, para o pagamento d'aquellas quantias se restabeleça o imposto, na cidade e termo, de um real em arratel de carne e dois reaes em canada de vinho, «assi, e da man^{ra} que se passou a dita ympocissão no tempo do dito mal passado; e que nella se proceda contoda boa ordem, e se não gaste cousa algua do rendimento della, senão no pagam^{to} dos ditos trinta e sinco mil crusados, fazendose o pagam^{to}, deles conforme ao tempo e quantidade do dinhr^o que cada hum emprestou, gardandosse nisso toda ygualdade e boa ordem; e tanto que os ditos mercadores e terças forem pagos enteiramente do dito emprestimo, não se correr maes co a dita ympocissão».

¹⁵ Liv.^o V de registro de Provisões de reis, fs. 53 v.

¹⁶ Ibid. fs. 54.

Assento de vereação de 7 de Maio de 1602¹⁷

Resolveu a camara, com relação ás pessoas feridas da peste, e que saíssem curadas da casa da saude, que «aos pobres mizerauys, q não tyuere vestydos p^a trazer, se lhe de camyza, roupeta e calsoes de canhamaso e sapatos de vaq^a; equal terão as molheres, q tão bem forem myzeraveys, se lhe vasquinha (saia curta) e gybão e camyza do mesmo canbhamaso; e os que tyuere por omde, os obrygem a fazer e trazer vestydos novos; e todos os que leuarem se lhe queyme».

Assento de vereação de 21 de Abril de 1603¹⁸

Como a cidade «estava sã, e noso senhor lhe tinha feito merce de a livrar do mal da peste, q os anos atras teue,» deu a camara por levantada, d'esta data em diante, a imposição dos dois reaes em canada de vinho, por lhje parecer que bastaria a de um real em arratel de carne, para ainda satisfazer alguns encargos contrahidos por causa d'aquelle flegello, ficando de «lembrança p^a se aleuantar, coando pareçe não se neççario.»

Assento de vereação de 1 de Julho de 1603¹⁹

Restabelece a camara a imposição dos dois reaes em canada de vinho, que opportunamente tornaria a ser levantada, «p^a quanto o mal de peste, de q ds nos garde, tornou a renovar nesta çidade, e se areça ir p^a diamte.»

(Eduardo Freire de Oliveira, ob. cit.,
T. II, 91-95; 99.103; 105-107; 120-131-132; 138-139).

¹⁷ Liv.º I d' Assentos, fs 102.

¹⁸ Liv.º I d' Assentos, fs 114.

¹⁹ Ibid., fs. 119 v.